

TEXTOS  
UFFPB/NDIHR  
TEXTOS  
UFFPB/NDIHR  
TEXTOS  
UFFPB/NDIHR  
UFFPB/NDIHR

RASTROS DE TRAGÉDIA

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Textos UFFb/NDIHR

nº1

Agosto/83

O presente trabalho desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), busca realizar uma análise parcial da luta e da opressão vivida pela sociedade civil no Estado da Paraíba, especialmente, das camadas populares de sua população.

Busca-se estudar os anos de 1964 a 1980 a partir de dados coletados, de uma forma sistemática, em jornais diários da Imprensa Paraibana: O Norte, O Correio da Paraíba e A União, todos órgãos de Imprensa da Capital do Estado, João Pessoa. Bem como, de uma forma não sistemática, órgãos de Imprensa nacional tais como, Jornal da República, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, entre outros.

A imprensa alternativa nacional e local também foi pesquisada, entre outros, O Pasquim, Movimento, Opinião, Em Tempo (nacionais), e Jornal do Povo, Questão de Ordem, O Momento (locais).

A coleta dos dados procedeu-se de forma bastante ampla, registrando-se todo e qualquer tipo de conflito e ação, enfrentado ou realizado pelos diversos setores que compõem a sociedade civil, na Paraíba. Isto, em certa medida, é fruto da perspectiva metodológica aceita neste trabalho, que entende o conceito de Movimentos Sociais a partir do esforço de elucidação de como se comporta, em momentos determinados, a sociedade civil ou segmentos dela, no sentido da criação de novas formas do fazer social, enquanto tentativas. Ou da reprodução da opressão social, pela cooptação através do Estado de suas aspirações e lutas, transformando-as em um novo tipo de sujeição.

Neste sentido registrou-se desde lutas particulares e imediatas para criação de infra-estruturas em favelas e bairros periféricos até a tentativas de lutas operárias e de pequenos produtores, por melhores salários, contra o desemprego, por melhores condições de trabalho e permanência na terra em que trabalham. Sem deixar, por outro lado, de registrar os aspectos importantes do movimento estudantil ou de professores do 1º, 2º e 3º graus, tão bem como do surgimento e lutas de movimentos ditos minoritários como o ecológico, feminino, de homossexuais, entre outros.

Criou-se, assim, um painel das lutas sociais e da opressão e sujeição vivida por uma ampla parcela da sociedade civil na Paraíba, durante os anos de 1964 a 1980. Painel incompleto que vem a revelar, entre outras coisas, a fragilidade do uso da imprensa, principalmente a grande imprensa, em um país sob regime autoritário, enquanto objeto de coleta de dados, pela censura imposta sistematicamente às notícias por ela veiculadas.

Ao mesmo tempo, um painel importante, na medida da total dispersão ou inexistência de arquivos sobre a história paraibana recente ou passada. O que pode vir a possibilitar, mesmo que embrionariamente, uma visão do conjunto da sujeição e luta de largas parcelas da sociedade civil na Paraíba, dando margem para posteriores aprofundamentos e complementação de sua história.

Este trabalho não visa relatar de modo descritivo a história de cada movimento particular coletado havendo, antes, um esforço para uma análise dos movimentos sociais em sua totalidade. Tal caminho não impedirá, por outro lado, o registro nominal de cada tipo de conflito (e/ou ação) específico, vivenciado por parcelas da sociedade civil na Paraíba, em cada momento determinado. A pretensão deste trabalho, deste modo, é a de fornecer uma caracterização geral e análise parcial da história recente da Paraíba sob a perspectiva daqueles sujeitos e/ou comprometidos com o processo de transformação social, conscientes ou não.

1964 - 1969

1º de abril de 1964. Toma conta do Brasil, sem maiores resistências, o movimento golpista encabeçado pelos militares e manobrado pelo capital associado e transnacional. O argumento para a nação de "combate ao comunismo e ao caos instalado no Brasil" arrasta grandes segmentos da classe média, inseguras com o seu destino, em ondas crescentes de apoio.

A repressão é intensa, com grande número de prisões, mortes, desaparecimentos de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com uma pro

posta de transformação social. Ao mesmo tempo em que entidades são extintas ou sofrem intervenção, políticos são cassados e grande número de funcionários públicos são afastados de seus cargos e/ou empregos.

Instaura-se o pânico em amplos setores, da sociedade civil nacional, que se vê amordaçada e sem força. Pânico este reforçado pela repressão transindireta, expressa na calúnia, na vingança pessoal ou política de pessoas ou grupos que se querem colocar sob um ponto de vista favorável aos novos mandantes.

A Paraíba não fugiu à regra. Antes, pelo contrário. Os jornais conseguiram noticiar 178 prisões de sindicalistas urbanos, políticos, estudantes, jornalistas, operários, profissionais liberais, populares, entre outros. Tão bem como 172 prisões de trabalhadores rurais e pequenos produtores acusados de pertencerem e/ou liderarem Ligas Camponesas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações Rurais. Ao mesmo tempo em que noticiavam demissões "por subversão" de mais de quarenta funcionários públicos, fora inúmeras listas de convocação para prestarem depoimentos nas diversas Comissões de Investigações criadas em todas as repartições existentes no Estado. Cada lista contendo em si um sem número de pessoas que tinham um prazo de cinco a dez dias para "documentarem suas defesas". Sem falar das listagens publicadas pelo 15º Regimento de Infantaria, sediado em João Pessoa, contendo infindos nomes de pessoas "convocadas" a prestarem depoimento e/ou tentarem se defender de acusações sobre "atividades subversivas", pretensamente por elas desenvolvidas.

Os jornais noticiam, também, 28 casos de cassações de políticos (prefeitos, vereadores, deputados) em todo o Estado.

A intensidade da repressão nos dois primeiros meses do golpe leva grande parcela da população a um estado de pavor, gerando reações de sordenadas, individuais, de procura de defesa de acusações porventura existentes ou que poderão talvez vir a existir, sendo comum encontrar-se nos jornais da época notas - pagas ou não - referentes a tentativas de defesa frente aos órgãos da repressão.

Como exemplo:

"REPARAÇÃO DE UMA OFENSIVA INJUSTA"

"A Diretoria da Congregação Mariana de Nossa Senhora das Neves e São Luis Gonzaga, da Paróquia de Nossa Senhora das Neves, desta Capital, torna público que o jovem estudante secundarista - Fulano de tal - que pertence ao Ginásio da dita Congregação Mariana, ja mais se manifestou adepto de idéias esquerdistas.

João Pessoa, 08 de Abril de 1964.

A Diretoria

(Correio da Paraíba, 10/04/1964)

ou

"DEPUTADO EXIGIU PROVA DE QUE NÃO É COMUNISTA"

Dizendo que estavam explorando sua foto com Prestes na revista "Fatos & Fotos", o Deputado Fulano de tal leu documento fornecido pelo Coronel comandante do 15º RI, que nada consta no Quartel contra ele".

(Correio da Paraíba, 11/04/1964)

ou mesmo uma declaração do Comandante do 15º RI, solicitada por um cidadão e estampada como matéria paga nos jornais da Capital:

"DECLARAÇÃO"

Declaro para os devidos fins que até a presente data nada consta nos Arquivos desta Unidade sobre o Senhor Fulano de Tal, no que diz respeito à atividades subversivas.

João Pessoa, 06 de abril de 1964

Ednardo D'Avila Mello, Cel.

Comt. do 15º RI GU de João Pessoa"

(Correio da Paraíba, 08/04/1964)

entre outras.

Denúncias falsas, por inimizade pessoal ou política, agravavam o estado de pânico vivido pela população do Estado. O número de pessoas nas listas negras das Comissões de Investigações que pairavam acima de qualquer suspeita em todo o Estado, crescia dia-a-dia, o mesmo acontecendo com o número de prisões.

O clima do golpe induzia as pessoas a denunciarem umas as outras.

senão por inimizades, para mostrarem serviços e ficarem de bem com a nova ordem. Isto, principalmente, nas cidades do interior do Estado, onde a polarização do poder entre famílias ou partidos eram bem mais definidas, criando situações, na busca de uma melhor colocação aos olhos do novo poder nacional estabelecido, em que o caminho da denúncia do outro se tornava, possivelmente, o melhor meio de atingir tal meta.

O fato, de tão corriqueiro, chega a ser evidenciado pelos jornais diários locais, em pequenas notas, que relatam o grande número de prisões por denúncias falsas. "Ocupação que não enobrece", diz uma pequena manchete do diário Correio da Paraíba do dia 24 de abril de 1964, noticiando o grande número de denúncias falsas nas cidades de Guarabira e Bananeiras, interior do Estado da Paraíba. Ou, "Denúncias falsas geram prisões", da a conhecer uma acanhada nota de canto de página, do diário O Norte de 22 de abril de 1964, revelando o clima de insegurança em todo o Estado.

Ao mesmo tempo as "Marchas com Deus pela Família" eram organizadas pelo Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba - (MAFEP) e/ou por paróquias, em quase todas as cidades paraibanas. Cada marcha levava consigo um número considerável de pessoas, nunca inferior, segundo os jornais locais, a 5 mil.<sup>1</sup>

As prisões eram acompanhadas de invasões e vistorias a sedes de entidades tidas como pontos-chaves de desenvolvimento da subversão. Deste modo, foram invadidas e vistoriadas, entre outras, as salas da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), em busca de material subversivo, sendo presos vários de seus quadros técnicos e de ensino<sup>2</sup>. Também como as da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), onde foi apreendido grande quantidade de materiais e constatados, "planos extra-legais, pagamentos vultuosos a determinadas pessoas e serviços alheios àquela intuição"<sup>3</sup>.

Foram instaladas Comissões de Sindicância, entre outras entidades, no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e no Serviço de Assistência Médica de Urgência (SAMDU) - Delegacia Regional da Paraíba (DR/Pb), para apurar "atos contra a segurança do país"<sup>4</sup> e "atos de improbidade funcional"<sup>5</sup> praticados por servidores dos referidos or

gãos. Sem contar com as Comissões de Inquérito instauradas na Universidade da Paraíba, nos Colégios Estaduais, nas Prefeituras de cada cidade paraibana, na Assembléia Legislativa, etc., para apuração de atos atentório à segurança do país".<sup>6</sup>

As entidades estudantis existentes no Estado da Paraíba, imedia<sup>u</sup>tamente após o golpe de abril, tiveram suas diretorias expurgadas por grupos de estudantes que se auto-intitulavam de "comissões de resistência democrática". Quase que diariamente, nos primeiros dias do golpe, saem notícias do expurgo de diretorias "esquerdistas" das di<sup>u</sup>versas entidades estudantis, tais como: Associação dos Estudantes Se<sup>u</sup>cundaristas da Paraíba (AESP); União Pessoaense de Estudantes Secundá<sup>u</sup>rios (UPES); Associação Guarabireense de Estudantes Secundários (AGES); União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP); Diretório Pio XII (curso de Jornalismo); Centro Estudantil Campinense (CEC); Diretório Central dos Estudantes (DCE), e muitas outras mais.<sup>7</sup>

Todas as associações estudantis de nível primário da Paraíba, in<sup>u</sup>clusive a Associação Pessoaense de Estudantes Primários (APEP), foram extintas por determinação expressa do IV Exército.<sup>8</sup>

A Associação Paraibana de Imprensa (API), também, teve sua direto<sup>u</sup>ria expulsa, tida como subversiva, por membros adeptos ao golpe.<sup>9</sup>

No estabelecimento do golpe encontravam-se em greve, os trabalha<sup>u</sup>dores portuários e ferroviários do Porto de Cabedelo. Este movimen<sup>u</sup>to paredista foi dissolvido, diretamente, pelo Comandante do 23º CR, Coronel Plínio Pitaluga, "através de uma conversa cordial com os di<sup>u</sup>rigentes sindicais"<sup>10</sup>. Um mês após a "conversa cordial" há interven<sup>u</sup>ção no Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários do Porto de Cabede<sup>u</sup>lo.<sup>11</sup>

É interessante notar, por outro lado, que a grande maioria dos sindicatos e/ou Associações de Trabalhadores no Estado da Paraíba, não sofreu qualquer tipo de intervenção, se colocando solidários com a nova ordem imediatamente após o seu evento. Os jornais da época publicam mensagens de solidariedade e apoio ao exército e/ou a or<sup>u</sup>dem agora implantada; entre outros, da Associação dos Servidores Pú<sup>u</sup>blicos do Estado da Paraíba (ASPEP); da Associação dos Barbeiros do Estado da Paraíba; do Sindicato dos Comerciantes de João Pessoa; do

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, e dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira de João Pessoa; do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e Comercial da Paraíba<sup>12</sup>; do Sindicato dos Arrumadores de João Pessoa, entre outros<sup>13</sup>.

Ser solidário com o novo regime não impediu, entretanto, que grande número de empregadores visualizassem, no ato do golpe vitorioso. O fim de obrigação do recolhimento do Imposto Sindical, tão bem como de todo e qualquer direito dos trabalhadores. Passaram, deste modo, a sonegar o pagamento do Imposto Sindical, ameaçando um golpe mortal à estrutura sindical atrelada existente, ao mesmo tempo em que burlavam a legislação trabalhista, pondo em prática uma série de arbitrariedades que impediam o usufruto primário dos direitos trabalhistas a seus empregados.

Isto pode ser sentido na nota de alerta da Delegacia Regional do Trabalho aos empregadores, pedindo-lhes colaboração no respeito às leis do trabalho. Diz a nota:

"Aos Senhores Empregadores

Esta regional leva ao conhecimento dos Senhores Empregadores que o Imposto Sindical previsto pelo artigo 582 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943), continua em vigor, devendo o mesmo ser arrecadado na forma do artigo 582 e recolhido ao Banco do Brasil de acordo com o artigo 586 do referido Diploma Legal.

Os direitos dos trabalhadores continuam como antes do Movimento Revolucionário.

Espera-se a colaboração de todos contra os comunistas e aproveitadores.

João Pessoa, 6 de maio de 1964.

ass. "Delegação Regional do Trabalho"

(O Norte, 07 de maio de 1964)

Por outro lado, excretuando o Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários, os jornais só indicam intervenção em dois sindicatos: O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Paraíba e o Sindicato dos Tecelões de Rio Tinto<sup>14</sup>. Este último é acusado de ter mantido ligações com as Ligas Camponesas, de ter desenvolvido atividades subversivas e de desvio de grande soma do orçamento do Sindicato para outros fins, alheios ao bem-estar da categoria<sup>15</sup>.

O Município de Rio Tinto, conforme notícia publicada no dia 03 de abril de 1964 pelo jornal Correio da Paraíba, logo após os rumores do golpe militar, tem seus pontos estratégicos de acesso isolados com arame farpado e sua fábrica de tecido invadida por operários têxteis e camponeses, liderados por sindicalistas e lideranças das Ligas Camponesas mais o Prefeito local. O isolamento do município e a invasão da fábrica tinha como objetivo uma tentativa de reação ao movimento golpista em desenvolvimento.

Diz a matéria que os revoltosos "aguardavam armas que deveriam chegar pelo mar".

A cidade e a fábrica são retomadas um dia após sua invasão, por forças da Polícia Militar da Capital com reforços policiais das cidades de Sapé e Mari, sob o clima de grande violência, tendo havido mais de cinquenta prisões e feridos entre os revoltosos.

A repressão após golpe abateu-se, porém, de um forma mais drástica; no meio rural paraibano. Aí, não só a repressão advinda das forças policiais do Estado e do exército desceu sobre a massa de trabalhadores rurais e pequenos proprietários mas, principalmente; as milícias armadas, capangagem, ou seja lá o nome que se denominar, dos grandes latifundiários.

Estimulados pelo golpe que viera estipar "o verme comunista" que invadia os campos, agitando a massa camponesa, tirando-a de sua passividade, ameaçando os seus domínios, os latifundiários, através de suas milícias, passaram à ativa na repressão ao meio rural. O campo através sou momentos de terror nunca visto.

É bem verdade que a violência sempre foi uma constante no dia-a-dia das relações de trabalho no meio rural. Os latifundiários sempre foram senhores dos homens e das terras. Mas esta violência era,

de uma certa forma, indireta, sentida através do modo de comandar os homens na humilhação e na miséria que os sujeitava e oprimia. A violência direta surgia sempre individualizada e vivenciada a partir de padrões de honra e compromissos mediatizados através do ato pessoal, expresso em um código de vinganças.

Após o processo de organização vivido no campo com o aparecimento das Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as massas camponesas conseguem quebrar o código de vinganças que mediatizava a ação de violência no ato individual e passam a encarar a violência como um momento entre muitos de um processo de luta. As massas camponesas se tornam força política, e como tal realizam a resistência a uma ordem violenta, na busca de seus direitos, na busca de uma sociedade sem senhores.

Na medida em que conseguiram visualizar a violência dos senhores das terras, não como a violência de um senhor, o seu senhor, mas como violência, isto é, enquanto forma de organização de toda uma ordem social, as massas camponesas deixaram de lado o medo, individualizado, e cresceram em forma de organização e reivindicação. E este fato, os latifundiários não perderiam jamais. Eram por demais senhores para serem contestados por uma massa de famintos.

Assim, com o golpe, puseram em ação, aproveitando-se do momento de dispersão e refluxo do movimento camponês, todo um complexo de terror no campo, ajudados ou não pelas forças policiais do estado e do exército.

Os jornais locais, exceto as 172 prisões de trabalhadores rurais e pequenos produtores, acusados de pertencerem às Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, por dispositivos policiais e/ou do exército, noticiam, apenas, um caso do assassinato a mando de proprietários locais, de um líder camponês das Ligas Camponesas<sup>16</sup>. E o caso do desaparecimento de dois líderes camponeses, também, das Ligas Camponesas, imediatamente após terem sido "postos em liberdade" da guarnição militar que os mantinha prisioneiros. São eles, José Inácio de Araújo (o Pedro Fazendeiro), - e João Alfredo (o Nego Fuba)<sup>17</sup>.

O desaparecimento dos dois líderes acima citados não tem uma explicação oficial até hoje, 1983. Francisco Julião, porém, em uma en

trevista dada ao semanário O Pasquim, ainda quando se encontrava no exílio, denuncia que o "Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, foi pendurada numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região de Sapé"<sup>18</sup>.

O mesmo aconteceu com inúmeros trabalhadores rurais e pequenos produtores, anônimos, assassinados pelas milícias armadas dos grandes latifundiários.

Tendo, logo após o golpe, as Ligas Camponesas sido colocadas na ilegalidade, sobre seus membros caíram a maior parte da força repressiva. Seus adeptos eram perseguidos para serem mortos, presos e espancados, no afã de intimidar sua reorganização e extirpá-la de vez. As forças policiais e militares vascularam canto a canto do Estado, ajudados pelos grandes latifundiários, espalhando o pânico e o terror pelos campos.

No Estado da Paraíba, por outro lado, em março de 1964, existiam 11 sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, mais de 22 já fundados em busca de reconhecimento<sup>19</sup> e, uma Federação reconhecida, a Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado da Paraíba. Esta Federação, após sua filiação a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1968, aprova, neste mesmo ano, novo Estatuto Social e muda sua denominação para Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB).<sup>20</sup>

A maior parte da estrutura sindical existente no meio rural paraibano estava sob controle da Igreja Católica e detinha uma posição política bastante tímida, para não dizer conservadora, de defesa dos interesses dos trabalhadores dentro da ordem e da mudança de mentalidade dos latifundiários em uma mentalidade mais aberta, empresarial, que tornasse possível o convívio salutar entre o capital e o trabalho.

Os sindicatos de trabalhadores rurais católicos no Estado da Paraíba acompanhavam, como um todo, a orientação seguida pela Igreja Católica no Brasil e especialmente no Nordeste, onde os conflitos se encontravam de forma mais agudizada. Isto é mostrado no depoimento da Assistente Social Elisa Bezerra Mineiros, participante do movimento pró-

sindicalização no meio rural da Diocese de Campina Grande, ao relatar a origem e criação da equipe para o trabalho sindical rural nesta diocese: em 1963, chega "em Campina Grande, o Dr. Moura como advogado e Assessor da Equipe de Coordenação Regional (Nordeste) do Movimento Sindicalista, cuja sede era em Recife, tendo a frente Padre (Paulo) Crespo como Coordenador. (Com intensão de) formar nas Dioceses uma Comissão de Assessoria ao Camponeses através dos sindicatos rurais. A idéia foi aceita pelo Bispo que logo encaminhou o advogado para falar comigo, juntamente com outro advogado de Campina Grande (...)"<sup>21</sup>.

O movimento sindical de trabalhadores rurais católicos tinha, como objetivo primeiro, a neutralização do movimento camponês que estava nas mãos das Ligas Camponesas, como forma de combate à "infiltração comunista no campo". E esta neutralização só seria possível com uma contra proposta de organização que esvaziasse as Ligas Camponesas e tornasse possível o controle em tempo breve do movimento camponês.

É bem verdade que um dos principais obstáculos encontrados pelos padres encarregados da sindicalização rural para por em frente o seu movimento, eram os latifundiários. A busca de direitos, seja lá de que lado viesse, encontrava resistência acirrada nos grupos latifundiários, dificultando a ação sindical católica.

Assim, com o advento do golpe, a capangagem dos latifúndios desceu com violência sobre todo o movimento camponês, independentemente de cor, credo ou ideologia. Para os latifundiários, com a ajuda "natural" dos efetivos policiais do estado mais capangagem, qualquer forma de reivindicação de direitos era em si subversiva. Onde e quando uma massa de famintos tinha direitos?

Os sindicatos de trabalhadores rurais, deste modo, não escaparam à fúria latifundiária, embora não tenham sido postos na ilegalidade pelo golpe. Para o Estado Autoritário então em implantação, a necessidade de poupar a instituição sindical dos trabalhadores rurais, procedia do fato de ter a estrutura sindical brasileira, já contidas em sua legislação, as formas de sua submissão ao condicionamento, controle e fiscalização do Estado.

Não sendo do interesse do novo regime em implantação a extinção do aparato sindical já existente, sob controle dos setores conservadores da Igreja Católica, sua aliada no movimento golpista ora vitorioso, tornava-se imprescindível um ato que neutralizasse a ação repressora dos grupos latifundiários.

Neste sentido, no dia 29 de abril de 1964, é distribuída para publicação em todos os jornais do Estado, uma nota oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, com o seguinte teor:<sup>22</sup>

"Nota Oficial

O Secretário de Segurança Pública, em absoluta consonância com o Comando Militar do Estado, para derimir dúvidas, resolve esclarecer o seguinte:

- a) Os Sindicatos Rurais legalmente constituídos não serão fechados, podendo funcionar normalmente, desde que suas reuniões se realizem para seus específicos e legítimos objetivos;
- b) A situação dos atuais delegados sindicais é inalterada e os empregadores devem respeitar suas delegações;
- c) Estamos absolutamente capacitados para a manutenção da ordem em todo o território do Estado e para oferecer as indispensáveis garantias ao trabalho.

João Pessoa, 29 de abril de 1964.

ass.) Secretário da Segurança Pública".

Esta nota buscava neutralizar, assim, a ação repressiva dos grupos latifundiários, acalmar os setores da Igreja Católica ligados a sindicalização rural quanto à ameaça repressiva a seus quadros leigos; ao mesmo tempo, visava à intimidação geral das lideranças sindicais e camponeses dentro do sindicato, para que se comportassem de acordo com o figurino expresso pelo novo regime. Este último ponto expresso, no item a da nota acima transcrita, onde se afirma que os sindicatos dos trabalhadores rurais podem funcionar "desde que suas reuniões se realizem para os seus específicos e legítimos objetivos".

Como um modo ilustrativo do exercício da estrutura sindical dos trabalhadores rurais na Paraíba, e de um modo geral de todo o Nordeste, após o golpe de abril, transcrever-se-á uma parte do ofício do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado da Paraíba ao comandante da Guarnição Federal de João Pessoa, onde a

firma-se que: "após o movimento revolucionário vitorioso, a Federação passou a funcionar em plena consônança com a guarnição Federal de João Pessoa, tendo para isso contratado os Senhores Fulano de Tal e Fulano de Tal, cujos serviços de advogados são do conhecimento daquela unidade militar"<sup>23</sup>.

Consoante a nova ordem instituída após o golpe, a estrutura sindical dos trabalhadores rurais, a partir de sua Federação, propunha para si o papel de mediador entre o Estado Autoritário que ora se implantava e os trabalhadores que dizia representar. Satisfazia, neste momento, a exigência principal da nova ordem, que buscava na estrutura sindical, ao lado do rígido controle das massas trabalhadoras, um veículo de legitimação junto a estes mesmos trabalhadores.

Acelerava-se, assim, a contradição interna à estrutura sindical, dos trabalhadores rurais e de todos os trabalhadores em geral, no Brasil, residente no binômio representação, mesmo que entre aspas, e colaboração.

Paralelo à repressão advinda a partir do estabelecimento do movimento golpista de 1º de abril, ainda no ano de 1964 são noticiadas pela imprensa local cinco (05) tentativas de expulsão, envolvendo mais de 200 famílias de pequenos produtores, foreiros, das terras dos grandes latifundiários do Estado.<sup>24</sup> São notícias rápidas, sem posterior desenvolvimento, que dão conta do movimento de transformação por que passa o campo brasileiro, e particularmente, nordestino, desde a década de 40. Transformação esta, oriunda das modificações gradativas das relações de trabalho na agricultura, que se refletem na substituição da mão-de-obra permanente, retida nos latifúndios nas formas de moradores, foreiros, parceleiros, entre outros, pelo trabalho assalariado temporário.

Tais modificações, sentidas pelos dominados, na forma crua da expulsão das terras onde vivem e possuem um roçado de subsistência, não são assistidas pacificamente. Pelo contrário, de uma forma organizada ou não, buscam impedir ou minorar os efeitos de tais atos. No Brasil, Nordeste, o exemplo marcante desta reação é encontrada no interlúdio das Ligas Camponesas, 1954-1964, onde os setores domi

nados do campo se expressam pela primeira vez politicamente, pondo em pauta, de forma reformista ou não, revolucionária ou não, a necessidade de um novo pacto social onde a terra passasse para as mãos dos que nela trabalham.

Este breve interlúdio, rompido pela fúria repressiva do movimento golpista, esfacelando o movimento camponês de então, através do extermínio das Ligas Camponesas e do enquadramento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, deixa a massa à mercê dos proprietários de terra. Neste sentido, com o movimento em refluxo e sem forças política para fazer valer seus direitos, os setores dominados do campo encontram formas de resistência a partir de atos individualizados, como o esfaqueamento de um administrador de uma propriedade, por estarem proibidos de plantar seus roçados<sup>25</sup> e outros, que traduzem seu completo isolamento da sociedade como um todo, deixando-as mais nas mãos dos latifundiários, e dos setores policiais locais.

A imprensa amordaçada só uma vez ou outra revela a existência de conflitos por questões de terra, em pequenas e acanhadas notas, superficiais, quando não distorcidas. Por outro lado, a estrutura sindical existente, quando procurada por moradores de uma área em litígio, individualiza caso por caso de cada morador, quebrando por baixo qualquer tentativa de organização. Ao mesmo tempo, busca convencer os camponeses em litígio a saírem das terras o mais rápido possível sem qualquer indenização, com ameaça velada de que "lutar pela terra é coisa de comunista" ou, melhor das hipóteses, à assinatura de um acordo de pagamento, pelo proprietário, de menos de um terço da indenização realmente devida.

Até 1968<sup>26</sup>, são noticiados apenas mais dois potenciais conflitos de terra no Estado da Paraíba, todos eles envolvendo nas tentativas de expulsões a capangagem dos proprietários mais policiais da força policial local. São notícias pequenas, que dão conta da tentativa de expulsão de famílias de pequenos arrendatários através de invasão e destruição dos seus sítios, ameaça de morte, espancamento, etc.. Não se faz nada da possibilidade de reação dos pequenos produtores, além de não haver continuidade no processo de informação. A nota aparecida em um dia determinado em um jornal, em um canto a-

canhado de página, é única, sempre, não sendo possível determinar os limites e as formas em que se processa o confronto.

Por outro lado, duas notícias dão conta da extensão do processo de redifinição das relações de trabalho na Paraíba, na década de 60. Uma delas relata a construção de taperas ao longo da estrada que liga os municípios de Espírito Santo a Sapé, por mais de 200 famílias de pequenos produtores expulsos das propriedades rurais da região, perfazendo um total de mais de 1.200 pessoas, as quais, após perambularem pela região, em busca de um novo lugar de trabalho, as sentaram-se ao longo da estrada, como possibilidade de um lugar pa ra morar.<sup>27</sup>

A segunda nota vem na forma de denúncia de um técnico do Ministério da Agricultura, em entrevista a um diário local<sup>28</sup>, onde é afirmado que no Estado da Paraíba, os proprietários de terra estão ex pulsando em massa os moradores de suas terras os quais, 'sem local' para morar e trabalhar, perambulam sem destino, ameaçando de inva - são cidades e vilas do interior, quando não migrando em massa para as grandes cidades do Estado, do Nordeste, se não diretamente para o Centro-Sul, em busca de emprego.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais, por outro lado, amordaça dos dentro de uma estrutura sindical atrelada às Delegacias de Trabalho e aos órgãos de repressão, não encontram formas de atuação um pouco mais próximas aos seus representados. As intervenções são uma constante, como forma de alerta da impossibilidade de qualquer ti po de ação sindical fora das diretrizes traçadas pelo Estado. Exem plo disso foi a intervenção sofrida pelo Sindicato dos Trabalhado - res Rurais de Catolé do Rocha. Neste sindicato, fundado no início da década de 60, se comemorava o aniversário do seu fundador, Frei Mar celino de Santana, quando houve a invasão de sua sede por proprietá rios locais ligados ao partido situacionista, Aliança Renovadora Na cional (ARENA), e representantes da Delegacia Regional do Trabalho. Os trabalhadores foram expulsos da sede do sindicato, ao mesmo tem po em que era nomeado um interventor, proprietário médio de terras, ligado aos latifundiários locais.

Este a fato criou uma área de atrito entre os sindicalistas para

banos e a Delegacia Regional do Trabalho, chegando mesmo a haver uma reunião com representantes de todos os sindicatos de trabalhadores rurais do Estado da Paraíba, no município de Solânea, para protestarem contra a intervenção. Desta reunião resultou uma carta-denúncia enviada aos parlamentares estaduais e federais paraibanos, aos bispos do Nordeste, tão bem como à imprensa de Pernambuco e Paraíba.

Não se conseguiu nenhum resultado concreto que possibilitasse a suspensão da intervenção no Sindicato de Catolé do Rocha. A intervenção foi retirada, apenas, após novo processo eleitoral, quando nenhum membro da antiga diretoria foi reeleito<sup>29</sup>.

É interessante, por outro lado, notar, aqui, que em 1964, após o golpe militar, a estrutura sindical dos trabalhadores rurais foi mantida na sua integridade, controlada pelos setores da Igreja Católica, ligados ao sindicalismo rural. Frei Marcelino de Santana, foi, entre outros, no Estado da Paraíba, um dos expoentes deste sindicalismo, com atuação desde os primeiros anos da década de sessenta.

É certo, como já foi visto, que os latifundiários paraibanos (e do Nordeste, como um todo) tentaram, logo após o golpe, destruir todo e qualquer tipo de organização camponesa, sendo dissuadidos pelo próprio corpo policial-militar, responsável pela repressão após-golpe, na medida em que tal estrutura sindical no meio rural poderia facilitar a mediação do Estado Autoritário em implantação no País com os setores dominados do campo. Isto, enquanto os sindicatos continuassem a seguir a política de paz social, defendida pela Igreja Católica no meio rural.

Esse fato, de outro ângulo, não impediria a estreita vigilância da estrutura sindical no meio rural, deixada sob o controle da Igreja Católica, pelos órgãos ligados ao Ministério do trabalho e políticos locais, assentados no partido situacionista, - em sua quase totalidade, representantes dos grupos latifundiários do estado. Assim, em 1968 quando acontece a invasão e intervenção no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha, é demonstrado em termos concretos os frouxos laços em que se davam a união da Igreja com o Estado no Brasil pós 1964.

Mesmo que, até então, envolvida numa política de paz social, vendo

a estrutura sindical mais do ângulo da conciliação entre classes, a Igreja Católica estava comprometida, no meio rural, com uma linha de reformas, dentro do que estava traçado no Estatuto da Terra<sup>30</sup>. Deste modo, entrando em constantes choques com os latifundiários, que não entendiam seu trabalho de organização sindical e em atrito com o próprio Estado. O qual não conseguia fazer valer a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, sendo a mesma, com o passar dos anos e pressão das forças mais conservadoras que deram apoio ao golpe de abril (latifundiários, setores minoritários do clero - Dom Sigaud, Dom Mayer, Tradição, Família e Propriedade (TFP), - entre outros), submetida a um processo de redifinição de sua política de ocupação do solo, - formação de um médio empresariado rural nas áreas de latifúndio, - se voltando, cada vez mais, para uma política de fortalecimento do próprio latifúndio. O que se pode inferir a partir da criação do programa de redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA), por exemplo, e a política de ocupação de fronteiras agrícolas no Norte do país, posta em prática através de projetos de colonização, públicos ou privados. Reforma Agrária, enquanto conceito norteador de uma linha de ação passava, a partir de então, a ser entendido, primordialmente, enquanto colonização.

Neste sentido, a intervenção, pela Delegacia Regional do Trabalho mais grupos latifundiários ligados à política local, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha, vem ampliar a extensão da linha de atrito entre Igreja e Estado, na Paraíba. Criando um viés, que seria aprofundado na década de 70, com a participação cada vez mais aberta de setores da Igreja, fora dos sindicatos, na organização e luta camponesa, contra os grupos latifundiários locais e contra o Estado na medida em que este, direta ou indiretamente, buscava impedir a luta pela terra, em pronunciamentos que buscavam nada mais do que ganhar tempo, nos morosos processos judiciais, até a intervenção direta dos seus órgãos ligados à questão, como o INCRA, ou ligados à repressão, como a força policial-militar.

Sendo expulsos de suas roças, com o estabelecimento gradativo de novas relações de trabalho, os pequenos produtores, agora proletarizados, partem para os limites das cidades circunvizinhas às áreas

de trabalho, ou mesmo se estabelecem à margem das estradas, onde constroem taperas que lhes possam servir de abrigo e a suas famílias. A busca de um novo lugar para trabalhar torna-se cada vez mais difícil, associado a submissão a longas jornadas de trabalho, de até mais de 10 horas por dia<sup>31</sup>, sem contar com o tempo gasto no deslocamento casa-trabalho.

Há, deste modo, uma grande mobilidade da população rural, mobilidade espacial motivada pelo deslocamento contínuo em busca de novos trabalhos, temporários. As vilas-dormitórios, circunvizinhas às cidades interioranas, crescem com o surgimento desenfreado de um número cada vez maior de novas taperas, aumentando a concorrência entre os trabalhadores, junto à possibilidade de venda de sua única propriedade, a força-de-trabalho, tornada sempre mais barata e sujeita à exploração desenfreada, à margem de qualquer tipo de direitos mínimos estabelecidos pela legislação trabalhista.

A saída do campo para as grandes cidades do Estado, por outro lado, em busca de novas possibilidades de trabalho, colidirá com condições de vida e trabalho iguais ou pior às até então vividas. Em grande maioria, as populações rurais deslocadas abruptamente e violentamente para as cidades do Estado, não se inserem nas condições de um mercado de trabalho já exíguo. E aqueles, pequena minoria, que conseguem algum tipo de trabalho, vivem na incerteza do amanhã.

A grande massa humana, desempregada, criando um vastíssimo exército de reserva força o rebaixamento constante do valor de sua força-de-trabalho, expressa no salário realmente pago e no aumento contínuo da produtividade operária.

Associado a elevada taxa de rotatividade de mão-de-obra, torna as perspectivas de vida da população como um todo, em uma longa jornada de terror e miséria.

Campo e cidade na Paraíba, como em todos os demais Estados nordestinos, mostram-se, deste modo, em sua face única de miséria e opressão. Os trabalhadores rurais e urbanos vivendo o dia-a-dia da incerteza do emprego, do mísero salário e de condições de vida (saúde, moradia, etc) avultantes. O deslocamento de crescentes massas humanas do campo para as cidades nordestinas, principalmente, suas capitais, transformam o

cotidiano do homem nordestino num processo deplorável de penúria e sujeição.<sup>32</sup>

Expulsos do meio rural, de seus roçados e moradia, e sem possibilidades de novo assentamento no campo, seguem em levadas crescentes para as grandes cidades nordestinas. No caso da Paraíba, o deslocamento encontra dois polos principais, finais: a cidade de João Pessoa capital do Estado, e a cidade de Campina Grande.

Estas duas cidades, enfrentam, durante os anos sessenta, um processo de crescimento do fenômeno de favelização. As massas migrantes, vindas em busca de um emprego e condições de vida um pouco mais dignas, encontram nas cidades apenas o desemprego e, quando possível, o mocambo nas favelas, não restando, assim, outra condição de sobrevivência fora da permanência dias afins nas longas filas em busca de um emprego incerto, que o da "viração". Isto é, uma gama infinda de desemprego disfarçado, que tem seus momentos mais claros no crescimento do comércio ambulante, onde se vende de bibelos até cocadas, tapiocas, etc., Quando não se parte para a vagabundagem e mendicância. Ou para o Centro-Sul, a última esperança.

A construção civil, é bem verdade, absorve grande parte da massa humana chegada às cidades, expulsa do campo, não sendo, de outra parte, nada mais do que um desemprego disfarçado.

Ao utilizar mão-de-obra não especializada, abundante, vendendo-se a qualquer preço, a indústria da construção civil da Paraíba "progride" sobre os escombros dos trabalhadores. A massa de trabalhadores arregimentada é enorme, não incidindo sobre ela nenhum encargo trabalhista. A não assinatura de carteiras de trabalho, o não pagamento do salário-mínimo, uma carga-horária de trabalho além das 10 horas diárias, nenhuma segurança no trabalho, fazem parte do cotidiano na vida de um operário da construção civil.<sup>33</sup> O estado da Paraíba, sendo um dos estados récorde em acidente de trabalho, por fome, fadiga e falta de equipamentos mínimos de segurança para o trabalho realizado.

O sindicato pelego reforça a sujeição do trabalhador ao desmando dos patrões. E os trabalhadores, sem perspectiva de um novo trabalho sujeitam-se a qualquer condição e a qualquer preço à venda de sua força-de-trabalho.

Empregados por obra, não necessariamente contratados para uma nova construção, ou contratados com salários abaixo do anteriormente pago, os trabalhadores da construção civil perfazem o extenso reduto de miséria que delinea o perfil da classe (ou massa?) de trabalhadores assalariados potenciais (ou não) nordestinos.

Na década de sessenta, na Paraíba, assim como em todo o Nordeste, assiste-se, ao lado do crescimento desordenado dos centros urbanos (ANEXO I) e a conseqüente ampliação do fenômeno da favelização, crises constantes do seu parque industrial, constituído, grosso modo, do complexo têxtil e alimentício, essas crises levando ao fechamento de muitas de suas indústrias, bem como a reduções do número dos operários existentes.

Este fato, associado à já altíssima taxa de rotatividade da mão-de-obra industrial efetivamente empregada, fecha as perspectivas da massa trabalhadora, potencialmente ou não envolvida em um universo de extrema violência. Violência do cotidiano de vidas submersas em um processo de lento extermínio, expresso no sistema de humilhações (sujeição e opressão) e super-exploração a que estão submetidas.

"Todo nordestino tem vocação ao desemprego", afirma um documento lançado pela Ação Católica Operária (ACO) em dezembro de 1970.<sup>34</sup> Este documento retrata as condições de vida e trabalho do nordestino, frente às condições objetivas de exploração a que está sujeito. E frente a um mercado de trabalho hostil e incerto, onde o crescimento constante do desemprego, associado a um turn over de 100% da mão-de-obra industrial, cria um abundante contingente de reserva da força de trabalho pressionando para baixo os salários efetivamente pagos aos trabalhadores, ao lado do aumento da exploração da força de trabalho, expresso no crescimento da produtividade operária, por indústria.

Denuncia o documento alguns mecanismos adotados pelos empregadores para admissão de um operário nas suas empresas, tais como: a não assinatura de carteira profissional, o não pagamento do salário mínimo regional (mesmo os que assinam carteiras de trabalho, em sua maior parte, registram o salário mínimo mas pagam até um terço do valor deste salário), a não aceitação de indivíduos casados ou com filhos, exigências de idade para admissão no trabalho, além da exigência de "que na

A N E X O I

Crescimento Populacional de algumas cidades paraibanas nas Da  
tas dos Recenseamentos - 1950, 1960, 1970 e 1980.

PARAIBA	1950	1960	1970	1980
João Pessoa	89.517	135.820	220.327	335.205
Campina Grande	73.835	116.226	164.864	229.259
Patos	14.144	27.275	40.167	60.199
Bayeux	7.981	16.737	35.172	59.187
Santa Rita	12.860	20.623	30.049	53.370
Sousa	4.631	12.350	25.113	34.714
Guarabira	9.824	15.848	22.746	31.965
Cajazeiras	10.025	15.884	25.117	31.556
Sapé	7.641	10.602	15.790	23.152

Fonte: François de Bremaeker, "Urbanização em Marcha", in Re-  
vista de Administração Municipal, 33(166): 60-90, Rio  
de Janeiro, janeiro/março de 1983.

ca tenham exercido a profissão anteriormente"<sup>35</sup>, entre outras. Tais exigências, em função da oferta abundante de mão-de-obra no mercado, refletiu-se entre os trabalhadores no aceleramento da concorrência intra-classe, trabalhador contra trabalhador, na disputa de um emprego escasso, ocasionando uma maior sujeição às condições de trabalho, quaisquer que sejam, que lhe ofereçam.

A nova política econômica realizada pelo governo federal, pós-golpe, assentada no binômio arrocho salarial e modernização do parque industrial existente mais sua expansão, exacerba o desemprego e a rotatividade nas indústrias nordestinas, associado ao rebaixamento contínuo do salário dos trabalhadores. Isto, na medida em que, de um lado, incentivando a modernização do parque industrial existente, com o emprego de maquinaria de tecnologia mais avançada, reduz o número de operários necessários a seu funcionamento, elevando a produtividade per-capita. E, de outro lado, na medida em que estimula a modernização, amplia o grau de concorrência entre as empresas, levando à falência e ao conseqüente fechamento, um número considerável de fábricas, que não puderam acompanhar o ritmo de modernização exigida causando, assim, também, um número considerável de desemprego à classe trabalhadora. Isto, ao lado, nos dois casos, da resistência patronal a toda e qualquer aumento nos tetos salariais mínimos solicitados e/ou reivindicados pelos trabalhadores.

A modernização intentada pela política-econômica do Governo Federal se, por um lado, ampliava as margens da concorrência entre-empresas, ocasionando o fechamento de muitas delas pelo obsoletismo da sua maquinaria e sem poder alçar com o ônus de uma modernização, ou pelo conservadorismo de seus empresários; de outro lado, despertava o interesse de várias empresas sediadas no Centro-Sul, multinacionais ou associadas, através do artigo 34/18, às quais, em busca dos incentivos oferecidos por tal mecanismo, iniciaram uma longa lista de entrega de projetos industriais para aprovação pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com vistas "à implantação de filiais no Nordeste",

A diversificação e ampliação do espaço industrial nordestino parecia, assim, começar. A ilusão de novos empregos também. Isso,

partir da segunda metade da década de sessenta.

Acontece, porém, que a grande maioria das indústrias implantadas no Nordeste, neste período, não chegaram a funcionar. Ou funcionaram precariamente, durante um curto espaço de tempo, fechando suas portas logo a seguir.

O interesse de "ajudar a industrializar o Nordeste" estava em função do mecanismo de incentivo 34/18, o qual possibilitava a transferência de capital do Nordeste para outras regiões do País, ou mesmo para o exterior. Assim que aprovado o projeto industrial e liberadas as parcelas dos recursos oriundos do incentivos, a serem "gastos" na construção das sedes e na compra de tecnologia "moderna", começou o processo de desativação das empresas. O sonho da diversificação de parque industrial e da ampliação do mercado de trabalho industrial no Nordeste, não houve<sup>36</sup>.

Houve sim, na segunda metade da década de sessenta e início dos anos setenta, uma diminuição da oferta de empregos no setor da indústria, aprofundada por uma rotatividade da mão de obra industrial de mais de 100% ao ano, ocasionando uma exasperação nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

O estado da Paraíba não fugiu à regra dos demais estados nordestinos. A partir de 1965, agrava-se a concorrência entre empresas locais principalmente aquelas ligadas ao setor têxtil, de organização tradicional e maquinaria obsoleta. Algumas destas empresas adquirem maquinaria mais moderna, fazendo pressão junto a outras empresas que terminam por fechar suas portas. De outra parte, a adoção de uma tecnologia mais avançada reflete-se sobre o operariado na diminuição abrupta da oferta de empregos, ocasionando um sem número de demissões.

É o que acontece, por exemplo, na Companhia de Tecidos do Rio Tinto, em 1965, que passa por um processo de mudança conservadora, como uma forma de subsistir à crise por que passava o setor têxtil nos anos sessenta, esta modernização conservadora baseando-se em uma diminuição considerável da mão-de-obra empregada, após a substituição de alguns teares por outros mais modernos. Segundo notícia do Correio da Paraíba, de 27 de abril de 1965, os primeiros reflexos desta mudança conservadora aparecem na dispensa de quase 1.000 operários de seus cargos, aumentando, as-

sim, consideravelmente, o índice de desemprego na cidade de Rio Tinto.

É bom observar, aqui, que a cidade do Rio Tinto nasceu e vive até hoje em função da sua fábrica de tecidos. É uma das famosas cidades-fábricas, aparecidas no começo do século, com a fundação de fábricas de tecidos e outras que buscavam nas vilas operárias um modo de prender a mão-de-obra recrutada para a indústria, possibilitando, a partir de então, o aparecimento de um complexo urbano que se colocava como autônomo à fábrica, na medida da desativação gradativa das vilas operárias pela empresa. Sem nunca deixarem de depender quase que exclusivamente das fábricas, tanto em função da oferta de emprego para sua população, grosso modo toda voltada para elas, quanto em relação à receita municipal, cujas fábricas possuem, até hoje, quase 100% de participação.

Essa dispensa de operários se, de um lado, ocasionava um aumento assustador no índice de desemprego municipal (e estadual), por outro lado, agravava as condições de trabalho do operário ainda engajado no processo produtivo fabril. Tão bem como de sua condição de vida e de seus dependentes.

Em uma notícia publicada pelo Correio da Paraíba no dia 04 de maio de 1965, se constata o fato acima referido. A notícia relata que a Companhia de Tecidos do Rio Tinto, após as modificações introduzidas no seu sistema fabril, com a dispensa de operários e a renovação de alguns dos seus teares, tem-se recusado de modo peremptório a anotar nas suas carteiras profissionais a atualização de suas funções, pagando um salário abaixo do seu teto profissional. Ao mesmo tempo, aumentou a taxa de produtividade de cada operário, repercutindo diretamente na deteriorização de suas condições físicas e mentais. Um operário que antes da mudança introduzida era responsável por dois teares passa, no após, a responder por quatro teares.

É bem verdade que os trabalhadores têxteis da Companhia de Tecidos do Rio Tinto forçaram o Sindicato de sua categoria a mover uma ação contra a empresa junto à Delegacia Regional do Trabalho,<sup>37</sup> não havendo nenhuma consequência desta ação: 1) pela própria situação política do sindicato, controlado por uma diretoria pelega e mais próxima do patronato que dos seus representados, atuando neste sentido, mais na

perspectiva de dispersão das atitudes exasperadas dos operários da Companhia de Tecidos do Rio Tinto; 2) pela pressão da fábrica junto a seus operários, com ameaças de demissões e outras e, 3) através de pressões causada aos trabalhadores pela grande massa de desempregados na barganha, a qualquer preço e condições, de um trabalho.

Estes três fatores obstaculizavam uma ação dos operários têxteis contra a Companhia de Tecidos do Rio Tinto os tornando, deste modo, submetidos a uma maior sujeição e super-exploração como forma de permanência no trabalho.

Simultaneamente ao caso da Companhia de Tecidos do Rio Tinto, desenrolava-se no município de Santa Rita o lento processo de fechamento da Fábrica de Tecidos Tibiry, a qual veio abrir falência nos meados de 1969. O caso da Fábrica Tibiry começa a aparecer nos jornais já no ano de 1965, quando se noticia que lá "já estão sendo dispensados operários"<sup>38</sup> causando pânico na população da cidade, em sua grande maioria trabalhadores na fábrica.

A fábrica Tibiry, como a grande maioria das indústrias têxteis nordestinas, vinha funcionando precariamente, como um conjunto maquinário obsoleto em uso há mais de trinta anos, com problemas de mercado (concorrencial) devido à "impossibilidade de atuar a nível de eficiência desejável"<sup>39</sup>, tão bem quanto um sem número de problemas administrativos ("falta de controle efetivo sobre os gastos com matéria prima, desconhecimento dos elos fracos que mais pressionam os custos de produção (...), problemas de comercialização"<sup>40</sup>) entre outros. Vivendo em crise permanente, busca saída no processo de dispensa de operários, sem que haja uma mudança qualitativa nos seus equipamentos.

Com a ampliação do mercado concorrencial a partir da modernização dos equipamentos de algumas empresas nordestinas mais empresas do Centro-Sul, agravado por problemas de ordem administrativa e insuficiência do conhecimento do próprio mercado, acelera-se o processo que leva à crise final da empresa e seu conseqüente fechamento. No dia 1º de outubro de 1969, o jornal O Norte noticia que a fábrica Tibiry deu férias coletivas a seus operários e fechou suas portas.

O pânico tomou conta de mais de sete mil pessoas, dependentes direto dos um mil e quatrocentos (1.400) operários têxteis demitidos.

O sindicato da categoria é pego de assalto pela massa de trabalhadores da fábrica de Tecidos Tibiry, transformando-se em um local permanente de reuniões tensas na busca do que fazer.

Como todo bom sindicato na época, pelego, o seu presidente convence a massa de desempregados da necessidade de se ir em busca de uma possível solução junto ao comandante da Guarnição Federal da Paraíba, João Alves da Silva, presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Santa Rita, foi indicado como representante dos trabalhadores na conferência com o General Samuel Correia, então comandante da Guarnição Federal do Estado.

Nesta reunião, o presidente do sindicato solicita ajuda do general para que a fábrica Tibiry reinicie suas atividades fabris. O Comandante da Guarnição Federal promete envidar todos os esforços possíveis neste sentido, solicitando dos trabalhadores ordem e calma, o que é transmitido, em reunião dos trabalhadores, pelo presidente do sindicato.

O tempo passa e nenhuma promessa se concretiza. Os trabalhadores entram com uma ação junto à Delegacia Regional do Trabalho contra a demissão sumária executada pela fábrica Tibiry, exigindo uma indenização, bem como pagamento dos salários atrasados. Esta ação foi apreciada após alguns meses por uma junta trabalhista sediada na cidade do Recife, estado de Pernambuco, a qual dá ganho de causa aos operários.

Acontece, porém, o previsível da morosidade para encaminhamento da ação após julgamento. Passados dois anos do julgamento favorável aos trabalhadores pela junta, é que se inicia a formalização para o cumprimento da sentença, se processando uma avaliação dos bens da fábrica Tibiry, (em sete milhões de cruzeiros ao valor da moeda na época, 1972), que deveriam ir a leilão, como forma de resgatar a dívida para com os trabalhadores.

Neste interim, os trabalhadores têxteis da fábrica Tibiry ainda sem novos trabalhos, desesperados pela miséria absoluta a que estavam submetidos com suas famílias, decidem invadir um armazém da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), do Governo. O saque tinha como objetivo minorar a fome de seus familiares.

Em 1974, no dia 14 de agosto, saiu uma pequena nota no jornal

O Norte, informando que os operários têxteis da fábrica de Tecidos Tibiry perderam a esperança na justiça e em qualquer outro tipo de ação.<sup>41</sup>..

Estes dois exemplos citados, da Companhia de Tecidos Rio Tinto e da fábrica Tibiry, chamam a atenção para o grau de deterioração das condições de vida e trabalho nas indústrias paraibanas. O índice de desemprego aumenta assustadoramente em decorrência da política de "modernização" mais a crise permanente por que passa a indústria nordestina com problemas de mercado e baixa capitalização, sua sobrevivência dependendo, em largos termos, da super-exploração da força - de - trabalho barata advinda do imenso exército de reserva de mão-de-obra que é o Nordeste. Isto, na medida em que possibilita o pagamento de baixíssimos salários, mantidos através de uma política de rotatividade extrema, que eleva o grau de concorrência entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que anula todo o seu poder de barganha, fazendo-os aceitarem qualquer tipo de trabalho em quaisquer condições: amplia-se, assim, o número de horas (extras) trabalhadas por dia, sem nenhum adicional ao salário percebido, a falta de condições físicas de trabalho (instalações) mais condições de higiene, etc. Tudo isso se associa, cada vez mais, à exigência de trabalhadores sem experiência de trabalho, de parte do patronato, que busca, deste modo, de um lado, impor uma conduta mais e mais passiva de realização de tarefas aos seus operários, a partir do treinamento no interior do processo de produção e, por outro lado, manter homogênea a massa abundante de mão-de-obra no tocante ao nível de especialização. Isto porque, quanto menos especializada for a força-de-trabalho disponível, maior o grau de concorrência entre ela, implicando deste modo numa pressão constante para baixo dos salários, ao mesmo tempo em que garante um estado permanente de desmobilização e uma maior sujeição operária.

Na Paraíba, o complexo industrial responsável pelo maior número de empregos na década de cinquenta era o complexo têxtil, acompanhado de perto pelo setor de produtos alimentares. Na década de sessenta, a partir do golpe, começa-se a assistir a um declínio acentado na oferta de empregos nas indústrias têxteis do esta-

do. Tão bem como uma drástica redução do número de operários efetivamente empregados nestas indústrias. Um e outro caso eram motivados pela falência de várias indústrias no estado ou pelo melhoramento tecnológico de outras, ambos os casos elevando o número de desempregados.

No ano de 1959, a oferta de emprego no setor têxtil paraibano era responsável por 46.8% do total de empregos nas indústrias do Estado; no ano de 1970, essa participação cai para 29.1%. É interessante notar que esta tendência se acentua a partir do ano de 1966, se aprofundando nos anos seguintes até o ano de 1970, quando atinge seu menor índice, (ver Tabela II). Por outro lado, é significativo notar que a oferta total de empregos industriais na Paraíba também decai na década de sessenta. Se se toma o ano de 1959 como ano-base, pode-se verificar que, no ano de 1970, a oferta de emprego cai para 0.95 em relação ao ano-base. Em números absolutos, tem-se que, em 1959, a oferta de emprego média anual era de 17.215, passando para 16.358 no ano de 1970.

Como se pode notar, a já diminuta oferta de empregos no parque industrial paraibano, na década de sessenta, tende a se comprimir ainda mais, aumentando, assim, o estado de miséria absoluta da população do Estado, sem encontrar outra saída para sobrevivência salvo a migração em massa para o Centro-Sul.

O parque industrial da Paraíba nos anos sessenta comprime-se, como se pode ver pelo número de estabelecimentos industriais do Estado que, no ano de 1959 era 1.157, passando, no ano de 1970, a apenas 795 (Tabela III). Os jornais paraibanos noticiam, no ano de 1970, o fechamento de mais duas fábricas, uma delas de preparação de fibras de Agave, a Fábrica Deswaan S.A., situada no município de Bayeux, deixando desempregados, e numa situação de grande penúria, 76 operários sisaleiros e uma média de 400 dependentes diretos.<sup>42</sup>

A segunda fábrica cujo fechamento chegou a ser notícia dos jornais locais, foi uma pequena indústria metalúrgica situada no município de João Pessoa, a CONASA S.A., Foram demitidos os seus 35 operários, os quais, além de terem perdido seus empregos, encontravam-se com o 13º salário atrasado há mais de dois anos, e seus salários, em igual atraso, há meses.

Os operários entraram com uma ação contra a fábrica, reclamando uma indenização de Cr\$ 40.000,00 (no valor da moeda da época), atra

T A B E L A    I IPESSOAL OCUPADOSETOR    INDUSTRIAL DA PARAÍBA  
INDÚSTRIA TÊXTIL

Dados de 31/12    --    exclusive    microestabelecimentos

<u>ANO</u>	<u>SETOR INDUSTRIAL</u>	<u>SETOR TÊXTIL</u>
1959	17.215	8.065
...	...	...
1966	16 163	6 301
1967	16 071	6 306
1968	17 910	6 446
1969	16 571	5 999
1970	16.358	4.768
...	...	...
1973	20 925	7 727

FONTE: NAI/PB, Setor Industrial na Paraíba -- Estrutura e Evolução,  
Vol. I., João Pessoa, NAI/PB/UFPB, 1977.

T A B E L A   I I I

CRESCIMENTO   DO   NÚMERO   DE   ESTABELECIMENTOS  
SETOR   INDUSTRIAL   DA   PARAÍBA  
INDÚSTRIA   TÊXTIL

exclusive microestabeleciment

<u>ANO</u>	<u>SETOR INDUSTRIAL</u>	<u>SETOR TÊXTIL</u>
1959	1.157	104
...	...	...
1966	1.001	57
1967	927	61
1968	914	61
1969	872	53
1970	795	53
...	...	...
1973	672	62

FONTE: NAI/PB. Setor Industrial na Paraíba - Estrutura e Evolu  
Vol. I, João Pessoa, NAI/PB/UFPB, 1977.

vés do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba. O presidente do Sindicato participou de uma reunião com o Delegado Regional do Trabalho, que recomendou aos operários paciência, e ao Sindicato prudência, no encaminhamento da questão.<sup>43</sup>

O grande número de fábricas fechadas, em sua grande maioria pequenas indústrias, de tecnologia obsoleta, denota de um lado a absoluta falta de perspectiva de mercado para seus produtos. E de outro lado, a meta da política-econômica do Governo Federal, de impor uma divisão de trabalho a nível regional no País, que concentra o nível de capitalização em uma só região, o Centro-Sul, principalmente no estado de São Paulo, transferindo para as demais regiões a tarefa de subsidiar através de sangrias de capital, com a transfêrência de capital direta ou indireta, ou através de formações de extensas reservas de mão-de-obra -, o polo industrial do país. Ao mesmo tempo se fortalecia o processo de redivisão do trabalho interregional no país, que se delin- ia na tendência da expansão e solidificação "de uma economia nacio- nal regionalmente localizada", nas palavras de Francisco de Oliveira<sup>44</sup> em substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais.

A partir de então, "a divisão do trabalho ao nível de cada re- gião isoladamente considerada, será função do tipo e natureza das liga- ções que ela mantiver com a região-líder"<sup>45</sup>, ; havendo, então, necessa- riamente, um primeiro momento de destruição das economias localizadas, para uma nova reprodução do capital sob uma ótica diferente. A razão fun- damental de manter elevada a remuneração do capital no país. Essa óti- ca, obedecendo à lógica do capital, repensa os espaços regionais em função não das necessidades de cada região, mas sim a partir dos inte- resses da região-líder, que centraliza em si os interesses nacionais. Neste sentido, percebe-se a importância do mecanismo 34/18, como ins- tância fundamental na articulação de uma nova redivisão do trabalho in- terregional a nível nacional.

Este mecanismo, além de possibilitar a monopolização da econo- mia nacional como um todo, acabando com os vestígios de indústrias re- gionais, e com a retórica de um regionalismo exacerbado tão comum ao Nordeste, deu condições de manter elevada a remuneração do capital no país. Enquanto espaço periférico virgem de práticas monopolísticas, o

Nordeste oferecia melhores oportunidades no momento (década de 1960), a elevar a remuneração do capital concentrado na região-líder (São Paulo), após uma recessão enfrentada nos finais da década de 50 e primeiros anos da década seguinte.<sup>46</sup>

No tocante à mão-de-obra ainda empregada nas indústrias paranasanas, na década de sessenta, se verifica, conforme já se analisou anteriormente, um maior grau de sujeição, acompanhado de uma deterioração de suas condições de vida e trabalho.

Pressionada por um imenso contingente de força-de-trabalho liberado do campo e das fábricas, não viam outra possibilidade que a de se sujeitarem a todas e quaisquer condições salariais e de trabalho, como forma de garantia de seus empregos.

O aumento da sujeição, por outro lado, tiraria o poder de barganha do operariado, colocando-o impotente a toda e qualquer ação do patronato. Isto, associado com o total e completo distanciamento dos sindicatos os quais, cada vez mais, se colocavam como porta-vozes e/ou mediadores do capital, via Estado.

Se por um lado a estratégia de sobrevivência em um emprego passava, aparentemente, para o operariado, numa aceitação passiva de baixos salários e péssimas condições de trabalho, devido à concorrência intra-classe.<sup>47</sup>

Por outro lado, a sujeição maior, necessária a tal tipo de estratégia, ocasionava uma deterioração significativa, quase que absoluta das condições de vida operária implicando, mesmo, em condições de vida quase iguais às da grande maioria desempregada, vivendo de "virações".

Esta afirmativa, drástica, é sentida através de um rebaixamento quase que absoluto dos salários efetivamente pagos. O pagamento de salários abaixo do mínimo regional era uma constante, acompanhado com uma jornada de trabalho de mais de 10 horas diárias, sem recebimento na maior parte das vezes, de adicionais (hora-extra), além de condições de trabalho (instalações físicas e higiene) sub-humanas. Ao mesmo tempo, via-se reforçado o nível de repressão no interior da própria fábrica, que passa desde a comum e constante ameaça de demissão, a suspensões injustas, impedimento de comunicação entre os operários no interior da fábrica, chegando até a vistorias dos trabalhadores por guardas de

segurança armados, na porta do estabelecimento.

Este último caso de repressão na fábrica, citado acima embora sendo "comum" nas diversas unidades fabris, como mais um recurso de sujeição operária através da humilhação moral, diária, além de todas as demais humilhações no dia-a-dia da produção, ocasionou uma das principais lutas operárias, amplificadas para a sociedade local, na década de sessenta. No mês de março de 1968, os operários da Zebú - Companhia de Cimento Portland, empresa do grupo Matarazzo, situada na cidade de João Pessoa, deparam-se no final de mais um dia de trabalho com uma vitória na porta da fábrica, realizada por 4 seguranças armados com cassetetes e revólveres e munidos de um aparelho eletrônico que acusa a passagem de pacotes e utensílios (ferramentas e outros materiais de trabalho) por acaso trazidos por um trabalhador.

Os operários eram postos em fila indiana e, um por um, revista - dos dos pés a cabeça pelo toque do aparelhinho. Qualquer reação dos trabalhadores à vitória, era reprimida violentamente pelo uso contínuo dos cassetetes nas mãos dos seguranças.

O fato revoltou enormemente os trabalhadores da Zebú, os quais seguiram em marcha até a sede do Sindicato dos Trabalhadores de Cimento, Cal e Gesso de João Pessoa, exigindo providências para por fim à vitória. A humilhação passada na porta da fábrica ultrapassou a passividade a que estavam habituados, colocando-os unidos na reivindicação pelo fim da vitória.

O Sindicato passou a ser da categoria. Foi decretada assembléia permanente dos trabalhadores da Zebú na sede do Sindicato, forçando a diretoria a tomar uma posição frente ao problema. Mais uma vez os trabalhadores enviam o presidente do Sindicato de sua categoria ao Delegado Regional do Trabalho o qual, mais uma vez também, solicita calma dos trabalhadores e pulso forte do presidente do sindicato para conter possíveis excessos dos operários da Zebú.

Com a volta do presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Cimento, Cal e Gesso de João Pessoa, após reunião com o Delegado Regional do Trabalho, à sede do Sindicato, e a exposição do acontecido na reunião aos trabalhadores ainda reunidos em assembléia, chega-se à conclusão óbvia de que a Delegacia Regional do Trabalho tinha-se posto omissa em

relação ao problema da vitória imposta pela Zebú, não conseguindo chegar, de igual modo, a um acordo com a diretoria do sindicato, no sentido de encaminhamento imediato da luta contra a vitória, na medida em que o sindicato buscava utilizar um recurso de contenção de luta, indicando um caminho de "diálogo" com a Zebú.

Os trabalhadores da Zebú mesmo sentindo-se sem o apoio do sindicato de sua categoria, e isolados do conjunto da sociedade civil a sua volta, resolvem encaminhar a luta sozinhos. Voltam à fábrica, dão o expediente completo e na saída, como permanência a vitória, decidem permanecer no interior da fábrica, até que a diretoria da Zebú resolvesse suspender a medida.

O impasse criado: pega de surpresa, a diretoria da Zebú ainda tentou utilizar-se de pressões e ameaças contra os trabalhadores, no sentido de criar uma divisão entre eles, pelo medo. Os trabalhadores, porém, encontravam-se unidos e continuavam dispostos a permanecer o tempo necessário no interior da fábrica, até verem sua reivindicação satisfeita.

Algumas horas após a decisão dos trabalhadores, a Diretoria da Zebú resolve suspender a vitória. Os trabalhadores conseguiram a vitória.

A vitória, de fato, foi suspensa. A Zebú porém, não se deu por vencida. Convencida de que havia agitadores no meio dos seus operários, iniciou um processo de "limpeza" interna despedindo vários trabalhadores tidos como lideranças do movimento.<sup>48</sup>

Esta vitória dos trabalhadores da Fábrica de Cimento Zebú, por outro lado, bastante significativa do ponto-de-vista da possibilidade de uma auto-organização operária na defesa dos seus interesses, independentemente de partidos e/ou sindicatos, é um fato isolado no panorama da sujeição vivida pelos trabalhadores engajados no processo de produção industrial paraibana na década de 60. Um ano antes, os operários da CIMÉPAR - Companhia Paraibana de Cimento Portland (Grupo Matarazzo) - obrigavam o Sindicato dos Trabalhadores de Cimento, Cal e Gesso de João Pessoa a marcar uma assembléia extraordinária para decretação de greve, segundo a legislação que rege a matéria, pelo não cumprimento, por parte da empresa, da decisão da Justiça do Trabalho, a qual tinha homologado, no dia 07 de dezembro de 1966, a concessão de um aumento salarial

na ordem de 45% para a categoria.

Houve a assembléia com a aprovação da greve, foi enviado um memorial contendo as reivindicações dos trabalhadores à Companhia Parai-  
na de Cimento Portland, ao mesmo tempo em que foi formada uma comissão  
composta por três membros da diretoria do sindicato e mais dois traba-  
lhadores da CIMEPAR, encarregados da organização do movimento. A comi-  
são, composta em sua maioria por diretores do sindicato, resolve adiar a  
deflagração do movimento grevista, com o objetivo de visitar as autori-  
dades do Estado, Governador, Comandante do 15º RI, entre outros, para  
explicar o porquê do movimento.

Estas visitas dão tempo suficiente para se esfriarem os ânimos  
dos trabalhadores, e os diretores da CIMEPAR, ouvidas as autoridades  
do estado, fazem um novo acordo elogiado pelo Sindicato, de concessão  
um reajuste de 15% para seus trabalhadores. Desmobilizados e divididos  
("alguma coisa é sempre melhor que nada"), os trabalhadores se sujeitam  
ao "acordo", suspendendo a possibilidade de greve.<sup>49</sup>

O mesmo acontecia a outras categorias de trabalhadores. Em feve-  
reiro de 1968, os operários sisaleiros da indústria Sisaleira do Brasil  
S.A. - SIBRASIL, situada na cidade de Bayeux, entram em assembléia per-  
manente no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Fi-  
bras Vegetais e Descaroçamento de Algodão do Estado da Paraíba. Exigem  
greve, conforme os itens que regem a lei, pelo não cumprimento, pelo SIB-  
BRASIL, do acordo salarial homologado pela Delegacia Regional do Traba-  
lho, em 21 de dezembro de 1967.

No dia 08 de fevereiro de 1968, sai nos jornais da capital uma  
convocação do Sindicato para a realização de uma Assembléia Geral Extra-  
ordinária, com finalidade de autoriza-lo a instaurar greve. A primeira  
assembléia, convocada para o dia 18 de fevereiro, não teve quorum, sen-  
do marcada uma segunda convocação para o dia 25 do mesmo mês. Nesta re-  
união, também houve um pequeno número de trabalhadores presentes, sendo  
descartada a possibilidade de greve.<sup>50</sup>

Não se tem dados sobre o porquê da desmobilização dos trabalhado-  
res. Pode-se, por outro lado, levantar a hipótese de pressões junto aos  
trabalhadores pela diretoria da SIBRASIL como, por exemplo, ameaças de  
demissões àqueles que participassem do movimento grevista dividindo des-

te modo, os trabalhadores, os quais, atemorizados com a ameaça de perder o emprego, decidem abandonar a reivindicação de cumprimento do acordo salarial.

O mesmo aconteceu ainda aos trabalhadores da S.A. Indústrias Reunidas Matarazzo (produtos alimentares), situada na cidade de João Pessoa<sup>51</sup>, entre muitas outras.

O alto grau de sujeição operária no interior das fábricas ou mesmo nas filas em portas das indústrias, na busca de um emprego, na maioria das vezes inexistente, amplia-se no cotidiano das cidades, ou seja, no exterior da fábrica, quer pela repressão policial e pára-policial intensa, quer no acesso a um local para moradia, por exemplo. A condição operária, ou em termos mais amplos, a condição daqueles potencialmente aptos ao trabalho, engajados ou não no processo de produção, por si só significa se ver a si próprios como não possuidores de direitos, como excluídos "do privilégio" da cidadania<sup>52</sup>. O único vínculo que o liga à sociedade é o da sujeição, da humilhação permanente advinda da repressão violenta do capital, e das forças policiais a seu serviço. A meta do capital é o do insulamento completo dos setores dominados da sociedade, fazendo-os sentirem-se como párias, vivendo do favor dos homens. A violência é o natural, a injustiça é o natural, pela submissão permanente: "Como eu, besta de carga, posso pensar em direitos, se o meu cotidiano depende do favor expresso dos homens?"

Esta pergunta perpassa, inclusive, pelo uso de serviços coletivos da sociedade. O sentimento constante de não ser aceito, ou melhor, de ser aceito de forma diferenciada, como coisa e não como gente, pela sociedade, é assimilado de tal forma pelos dominados que, em certos momentos, acreditam ser até um favor poder utilizar-se de um determinado serviço coletivo, mesmo que pagando por este serviço. O ato de submissão, chega, assim, ao interior de cada indivíduo, no decorrer de seu dia-a-dia, fazendo-o aceitar-se insulano, ilhado, ou, nas palavras de Foot Hardman, desterrado<sup>53</sup> da sociedade (dos homens).

... O mesmo pode ser sentido no interessante relato de Simone Weil: "(...) subindo no ônibus, reação estranha. Como que eu, a escrava, posso entrar neste ônibus, usá-lo graças a meus 12 centavos como qualquer um? Que favor extraordinário! Se me obrigassem bruta e a descer dele dizendo os meios de locomoção tão cômodos não são para

mim, que eu só devo andar a pé, acho que até me pareceria natural. A escravidão me fez perder totalmente o sentimento de ter direitos. Parece-me um favor ter momentos em que não preciso aguentar a brutalidade de humana. (...)"<sup>54</sup>.

Este sentimento de desterro não corresponde, por outro lado, à formação de "culturas" diferenciadas, tão ao gosto de muitos antropólogos. Pelo contrário. O viver o insulamento significa o auto-considerar-se como coisa. Como besta-de-carga. Como sujeito natural a toda e qualquer sorte de violência dos homens (do capital).

A besta de carga vê a sociedade dos homens através da violência sobre ela exercida, através de um universo de informações a ela repassada em forma ideologizada, isto é, fragmentada, que só reforçam sua sujeição.

Acontece, porém, que o processo de submissão não é linear. É contraditório. E, enquanto faz com que, passivamente, seja aceita a submissão, o sentimento constante de humilhação, como o natural a "pessoas de minha laia", faz também com que se recrie formas que possibilitem a própria sobrevivência. O instinto de sobrevivência ao mesmo tempo que sujeita, coisifica, cria condições de recriação de um novo humano. Mesmo que não consciente do fato, mesmo que ainda não se coloque como Homem, na sociedade.

Este processo contraditório da sobrevivência na sociedade capitalista cria possibilidades de momentos de união, mesmo que momentânea, surgidas a partir das alternativas necessárias a se percorrer diariamente para garantir a sobrevivência. Estes laços momentâneos humanizam a cada momento a condição de sujeição, auto-sentida como coisa. Não criam subculturas estratificadas no processo social global, mas dando condições de uma recriação da cultura "nacional", como um todo, que os isola, os impede de participação. Na medida que humaniza a própria condição de sujeição por ela imposta, questionando assim, mesmo sem a plena consciência do ato, esta mesma cultura. A sobrevivência dos degradados implica alternativas de fora do sistema, mesmo para servi-lo, amarrado este mesmo sistema, na medida em que as coisas, as bestas-de-cargas, assumem sua humanidade em cada ato, em cada busca de sobrevivência.

As condições sub-humanas de existência da classe trabalhado -

ra, potencialmente ativa, numa região periférica, de baixa concentração de capital, como o Nordeste, a Paraíba em particular, se, de um lado, sujeita de forma mais absoluta, através da humilhação permanente do desemprego, do sub-emprego, da fome crônica, os homens aos desmandos do poder, de outro lado, se torna uma ameaça constante, potencial, ao mesmo poder.

Quando busca estratégias próprias de sobrevivência, a classe trabalhadora recoloca de forma dramática à injustiça e à violência do capital, que os coisifica, que os insula, uma marca humana, mesmo sem questionar a ordem, mesmo que à margem do sistema.

O insulamento forçado pelo capital é questionado a cada momento pela classe trabalhadora, ativa ou potencialmente ativa, mesmo quando não consciente do ato, mesmo quando ainda queira apenas sobreviver com sua família, e aceite sua condição sub-humana de existência como coisa do destino.<sup>55</sup>

Esta marca humana subverte a ordem imaginada pelo sistema capitalista. As bestas de carga, na busca da sobrevivência, ocupam a cada momento o espaço destinado aos "cidadãos", recriando formas e símbolos que ofendem/suam a estética urbana.

As invasões de vendedores ambulantes, mendigos e toda sorte de maltrapilhos, incomodam a cada momento os cidadãos, põem em pânico as boas famílias, que perdem seu espaço próprio, exclusivo, passando a dividi-lo com coisas. Os comerciantes se sentem também prejudicados pela massa maltrapilha que passa a ocupar as ruas, as praças, os mercados, prejudicando seus negócios. A força policial é assim invocada: em nome da estética, em nome das famílias, em nome do lucro.

E a polícia cumpre o seu apel. A repressão à massa trabalhadora é intensa. Na Paraíba, na década de sessenta, a força policial ganha fama, pela violência exercida sobre a população. Mulheres, homens, crianças, nada escapa à violência policial. O número de espancamentos nas prisões torna-se tão alarmante - principalmente por atingir um grande número de menores - chegando a ser notícia na imprensa nacional.<sup>56</sup>

Por outro lado, e simultaneamente às operações policiais, atuavam com bastante "eficiência" grupos para-policiais (esquadrão da mor

te), principalmente na cidade de Campina Grande. Só para citar "o exemplo, entre outubro de 1968 a janeiro de 1969, foram assassinados, com todo ritual próprio do esquadrão, mais de cinquenta (50) indivíduos, tendo como "perigosos" assaltantes."<sup>57</sup>

Isto sem falar nas constantes blitzens contra os vendedores ambulantes, nas ruas das principais cidades da Paraíba, com cenas constantes de espancamento mais apreensão de mercadorias, pelos fiscais/policiais das prefeituras. Cenas repetidas tão constantemente, que se tornaram rotina no dia-a-dia das cidades.

É importante também relatar o fato de que algumas áreas cedidas pelas prefeituras para o exercício de comércio ambulante, são brutalmente, e sem qualquer explicação aos vendedores, retomadas, sob o som de cassetes. Foi o caso da expulsão dos ambulantes que trabalhavam na área do Mercado Central da cidade de João Pessoa. O Prefeito da Capital, Sr. Damásio Franca, na época, tinha autorizado a construção de pequenas "bancas" nas áreas ao redor do Mercado Central, para o comércio ambulante. Por pressão dos comerciantes lá estabelecidos, retirou a autorização, sem qualquer aviso prévio, dando ordem de destruição das "bancas", apreensão das mercadorias e prisão daqueles que ousassem reagir. Os ambulantes ainda tentaram se mobilizar através do seu sindicato, colocando nota nos jornais, mas nada conseguindo.<sup>58</sup>

O mesmo acontece no que diz respeito à questão da moradia. Vinde expulsos do meio rural, pela grande lavoura ou pela seca, os trabalhadores tentam buscar moradias nas beiras das estradas, perto das cidades, ou nas regiões periféricas dos grandes centros, alojados em casebres sub-humanos, sem a mínima condição de higiene, cada vez mais distantes dos possíveis locais de trabalho. Com o crescimento das cidades, ou com a valorização crescente do solo urbano, se veem ameaçados constantemente de expulsão, não faltando o reforço da repressão policial.

Cria-se, assim, um clima permanente de intimidação, revestida pela violência policial direta ou indireta: invasões por esquadrões policiais, a qualquer hora do dia ou da noite, nas favelas, em busca de bandidos, de vagabundos, etc., associado ao espancamento, prisões e/ou morte daqueles que manifestem algum tipo de reação. Acompanhada de intimidação policial/judicial para que deixem os seus barracos, sob a "acusação" de

que o terreno é de algum proprietário<sup>59</sup>, ou que se vai construir através dele alguma via importante de acesso<sup>60</sup>, torna-se parte do cotidiano da vida dos trabalhadores.

Este cotidiano de violência pelo Estado, pela sociedade, tenta assim impor mais uma vez a ordem quebrada pelas bestas-de-cargas na busca de sobrevivência, humanizando a si mesmos. As bestas-de-cargas são ameaças, até na passividade, à ordem capitalista. E este fato leva à contradição, que amplia as margens da resistência. Mesmo que coo como boi indo para o matadouro, mas resistência.

O fincar o pé pela moradia (casebre) construída. "Se eu sair daqui prá onde que eu vou?" Muitos são comprados pelo dinheiro ou corridos pelo pânico. Mas muitos permanecem. A implantação das favelas vão-se dando sob forte e direta repressão das forças da ordem,

O espaço mesmo que miserável da classe trabalhadora vai sendo ocupado a suor e sangue. Humanizando no cotidiano da opressão as vidas coisificadas pela ordem capitalista. Impondo pela resposta diária à violenta repressão vivida, como pressão ao insulamento imposto pelo capital, novas tentativas do Estado, o qual busca, pela promessa, mais uma vez isolar a classe trabalhadora do espaço dos homens: a construção de conjuntos e/ou vilas habitacionais, segregando a massa trabalhadora em guetos próprios.

Mas isso é questionado pela contradição real do capital. Os guetos construídos, distantes dos centros urbanos, não podem, por sua vez, ser usufruído pela massa de trabalhadores, em sua maioria de empregada, vivendo de bicos. Logo são despejados, e mais uma vez voltam para os centros urbanos para novas favelas.

E aqueles que lá ficam, pela distância dos locais possíveis de trabalho e de abastecimento mínimo, iniciam um processo de questionamento pela necessidade de transporte, pela regularidade dos transportes, pelo alto custo das passagens,<sup>61</sup> etc..

Mais uma vez as bestas-de-carga exigem possibilidades de se exercitarem plenamente como bestas-de-carga. A luta pela moradia, pelo transporte (regularidade, maior número de ônibus, custos das passagens) e outras, tem assim, de um lado, a necessidade de se criarem

condições de sobrevivência da mercadoria força-de-trabalho, sem o questionamento qualquer de seu papel como mercadoria. De outro lado, a luta pela auto-reprodução como mercadoria leva à humanização do próprio trabalhador, que passa a encarar-se como capacidade de reivindicação criando, mesmo na passividade, possibilidades de construção de uma nova ordem através da e sobre a ordem que os sujeita.

Se a classe trabalhadora na Paraíba, na década de sessenta, pós-golpe, vive o cotidiano da humilhação e miséria, expresso na sujeição e violência do capital, desorganizada, sem força, lutando contra o desemprego desenfreado e pela sobrevivência sub-humana, a luta se trava no cotidiano de suas vidas, no sobrepor o humano, mesmo sentindo-se coisa, besta de carga, em cada ato de sobrevivência à coisaificação do capital. Por outro lado, no seio da classe média, cresce e se organiza, um extenso movimento de repúdio à política-econômica do governo federal.

A classe média que participou vibrante das festividades de comemoração da vitória do movimento golpista de abril de 1964, sente na pele durante a segunda metade da década de sessenta, os efeitos da recessão imposta aos trabalhadores de modo geral, voltando às ruas e à efervescente militância partidária na época, contra o golpe. "Abaixo a Ditadura", o lema geral.

Da classe média sobressaem-se os estudantes. As passeatas, comícios-relampâgos, embates com as forças policiais, eram intensas e diárias. Embora pregassem a união de operários-estudantes-camponeses, em palavras de ordem, que de tão repetidas pareciam verdades, nunca de fato as puseram em prática. A exigência revolucionária do momento não permitia um trabalho de base junto às massas. Elas seguiriam o movimento assim que fosse iniciado por uma vanguarda.

E a vanguarda eram os estudantes, entusiasmados com suas palavras de ordem e cada vez mais engajados em tendências cada qual mais revolucionária do que a outra, e cada vez mais distantes das massas trabalhadoras. O movimento secundarista e universitário era efervescente. O ano de 1968 marca o ápice do movimento estudantil na Paraíba, tão bem como em todo o Brasil. A morte do estudante Edson Luis no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, após uma invasão policial, torna-se símbolo de luta nacional.

Na Paraíba, a missa de sétimo dia pela morte de Edson Luiz, pe

parada com intensa panfletagem nos pontos-chaves das cidades paraibanas, especialmente João Pessoa e Campina Grande, mais comícios relâmpagos, termina com uma imensa passeata, dissolvida a golpes de cassetetes pela força policial-militar.<sup>62</sup>

A universidade torna-se reduto constante de luta. No final de abril de 1968, a polícia invade o campus universitário, prendendo e espancando vários estudantes e professores, a pedido do reitor da época. Motivo: invasão do restaurante universitário, como protesto pela péssima alimentação.<sup>63</sup> Os colégios secundários, principalmente os da rede estadual, também fervilham, reivindicando melhores condições de ensino, contratação de professores, transformação dos grêmios estudantis em diretórios, etc.<sup>64</sup>

Em agosto do mesmo ano, com a prisão de todos os delegados no XXX Congresso (clandestino) da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiuna, São Paulo, se dá um novo levante estudantil. Estudantes secundários e Universitários saem às ruas, reivindicando soltura imediata de todos os estudantes presos, em comícios-relâmpagos e passeatas. Sempre dissolvidas pelas forças policiais. Ao mesmo tempo conclamam o povo para o voto em branco, nas eleições municipais e estaduais vindouras, chamando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de "sacos do mesmo gato"<sup>65</sup>. O voto em branco significando o protesto da população e o repúdio à ditadura.

Junto aos estudantes, unem-se pequenas parcelas politizadas de professores, nas escolas e universidades. Juntam-se também segmentos politizados de empregados no comércio da Paraíba, os quais, após encontro regional da categoria, saem reforçados, denunciando o peleguismo e a corrupção nos sindicatos nordestinos<sup>66</sup> e propondo uma frente de luta voltada para os interesses da categoria. Em meados de 1968, o Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa passa para as mãos da oposição sindical.<sup>67</sup>

O mesmo acontece com o Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários da Paraíba, o qual, após um embate de meses por um aumento condigno para a categoria, sai fortalecido e organizado junto às suas bases.<sup>68</sup>

O Ato Institucional nº 5 pega de surpresa e violentamente to

dos os segmentos organizados e combativos. Vários estudantes foram presos, muitos partiram para a clandestinidade e há um caso, até hoje não claramente elucidado, de um suicídio: João Roberto Fragoso.

João Roberto, estudante de medicina da UFPB, militante do movimento estudantil, procurado pela polícia, refugiou-se em uma fazenda no município de Catolé do Rocha, interior da Paraíba. Foi encontrado boiando em uma lagoa da região. Aparentemente afogado. O corpo foi entregue a seus familiares já dentro de um caixão lacrado, não sendo permitida a visão dos seus restos mortais. Sendo proibida até a divulgação de sua morte e missa de sétimo dia, para impedir algum possível "tumulto".<sup>69</sup>

Por outro lado, sob acusação de terem lançado um manifesto de cunho subversivo, foram presos o Presidente do Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários do Estado da Paraíba e um outro membro da diretoria.<sup>70</sup> Tão bem como, acusados de pertencerem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) foram presos mais de 8 comerciários em Campina Grande e João Pessoa.<sup>71</sup>

Iniciava-se, assim, e prosseguia, a segunda fase de repressão pós-golpe de abril de 1964. A mais negra... a era Médici.

1970 - 1980

Após a decretação do Ato Institucional nº 5, reforça-se o clima de terror no país. A repressão violenta esfacela as organizações políticas existentes, controla e persegue em constantes blitzens as já tímidas e pelegas associações de trabalhadores, evita à mão-armada qualquer tentativa de organização da população, para qualquer fim. Ao mesmo tempo põe seu plano de desenvolvimento do País em execução, apoiado no arrocho salarial sem limites à classe trabalhadora. É a época do milagre brasileiro.

De mãos, garganta, pernas, barriga, amarradas à repressão desenfreada, a classe trabalhadora, tão bem como setores sobreviventes da sociedade civil, comprometidos direta ou indiretamente com o processo de transformação da ordem estabelecida, entram mais uma vez em processo de refluxo. Àqueles que optaram pela clandestinidade, também se calam ao som das metralhadoras, dos choques-elétricos, dos paus-de-ara-ra, da tortura generalizada, enfim, ou mesmo o exílio.

A luta se trava no cotidiano do trabalho, da luta pela sobrevivência a cada dia, a cada hora, a cada minuto. Luta pela reafirmação do ser humano à sujeição do ser coisificado imposto pela dinâmica do capital a toda hora e a todos os aspectos da vida dos trabalhadores. Luta pela reafirmação do ser humano da vida, mesmo que dia-severina, na miséria, no abandono do insulamento imposto e do auto-insulamento como consequência do imposto, no desemprego crônico, no sem rumo ou destino onde está submerso. Luta anônima, desconhecida (ou não reconhecida?) à maioria dos acadêmicos e/ou dos revolucionários, luta de bricabraque, que possibilita a partir dos desmandos da mais completa sujeição, coisificação, bestas-de-carga, a marca humana em cada objeto, em cada espaço, necessários à sobrevivência, ou mesmo a cada humilhação submetida.

Marca humana sobre a coisificação imposta pelo capital, sempre. Impossibilitando a ordem capitalista, mesmo na passividade, mesmo na sujeição, vivida, auto assumida. A marca humana das bestas-de-cargas subvertendo, ameaçando, criando "situações de eterna vigilância à ordem e ao progresso" (do capital). O pânico de saber os trabalhadores imprescindíveis ao desenvolvimento do capital e, de sabê-los, ao mesmo tempo,

impossíveis de se tornarem inteiramente sob controle. A marca humana, da luta anônima no cotidiano do trabalho e da vida dos trabalhadores, perfaz o caminho inverso ao pretendido pelo capital, mesmo quando sujeito à mais absoluta opressão.

Esta luta anônima cotidiana, submersa na necessidade de sobrevivência e reprodução (necessários ao próprio capital), cria a cada momento, a todo instante, formas alternativas de/para garantia da subsistência imediata. Aparece como uma espécie de bricolage onde o conjunto; os resultados possíveis, não correspondem a um plano, mas antes se definem somente pela sua instrumentalidade imediata do "isto pode servir para" (minha subsistência e da minha família). A ação bricoler, contudo, ultrapassa os limites do confinamento enquanto coisas/mercadorias pelo capital para impor a ação de sujeitos à dinâmica da vida, do dia-a-dia. Mesmo que na miséria, na sujeição, no sentimento "sem eira nem beira".

Esta luta anônima, cotidiana, imediata, sujeita ainda aos moldes capitalistas do auto-sentir-se párias do sistema (expresso frequentemente no enunciado: "gente de minha laia..."), enquanto expressão humana contraposta a coisificação do capital, é vivificada pela classe trabalhadora sob intensa violência dos aparelhos de Estado. O espancamento, a tortura generalizada, as prisões de populares, sem motivo algum, a invasão quase que diária das moradias dos trabalhadores, a intimidação diária da população, são "argumentos" repressivos do Estado a qualquer sinal de humanização das costas-de-cargas, manifesto em qualquer tentativa dos setores dominados da população de se organizarem para reivindicar direitos, ou de qualquer estratégia e de sobrevivência desses setores, que venham a ferir os interesses do capital ou do Estado que o representa.<sup>72</sup>

Os primeiros anos da década de setenta vão assim prolongar e intensificar as agruras diárias da classe trabalhadora na Paraíba, como, de resto, em todo o Brasil. A redifinição da política econômica imposta pelo Estado à nação, tende a prosseguir, principalmente nas regiões de baixa capitalização, como é o caso do Nordeste, e da Paraíba, particularmente, reduzindo a oferta de empregos nas cidades, ampliando mais e mais a taxa de rotatividade da mão-de-obra, associado à expulsão dos trabalhadores, pequenos produtores, do campos. Enfim, aprofundando o quadro de miséria absoluta a que vive submetida a população, criando verdadeiras

"hostes errantes", no dizer de Francisco de Oliveira.<sup>73</sup> A vagar pelos campos e cidades em busca de um emprego, quase sempre inexistente.

Intensifica-se nesta época a luta pela posse da terra. A modernização conservadora por que passa a agro-pecuária e a agro-indústria no Nordeste é realizada partindo da expulsão dos pequenos produtores (focreiros, moradores, rendeiros, etc., etc.) das terras em que moram há várias gerações. Se a tendência, como já se viu anteriormente, vem da década de quarenta, com um pique nos anos sessenta, após o golpe, na década de setenta há uma nova aceleração, com o estímulo inicial à agro-pecuária e, posteriormente, já na segunda metade dos anos 70, à cana de açúcar, através da expectativa sobre a possível utilização do álcool como carburante, em substituição ao petróleo, tornado meta após a criação do Pro-Álcool.

De 1970 a 1975, por exemplo, os jornais noticiam a existência de oito (08) conflitos de terras no Estado da Paraíba, envolvendo mais de mil (1.000) famílias de pequenos produtores, ameaçados de expulsão pelos proprietários das terras, ou órgãos de governo que as administram. São os casos: das 600 famílias de posseiros que trabalham as terras às margens do Açude Federal de Pilões, no Município de Antenor Navarro, ameaçados de expulsão pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) em 1972; das 47 famílias expulsas da Fazenda Tabu, no município de Pitimbu, pelo grupo Lundgreen, proprietário das terras, em 1973; das 50 famílias da Fazenda Pitanga, no município de Caaporã, ameaçadas de expulsão pelo proprietários em 1973; das 120 famílias da Fazenda Retirada, também no município de Caaporã, sendo expulsas de suas roças pela Usina Maravilha, em 1974; das 174 famílias da Fazenda Mucatu; das 30 famílias da Fazenda Andreza e das 30 famílias da Fazenda Garapu, situadas nos municípios de Pitimbu e Alhandra, ameaçadas de despejo, pelos proprietários, a partir de 1974. Ou mesmo do despejo com violência de uma (01) família da Fazenda Central, pela Usina São João, proprietária das terras, em 1974.<sup>74</sup> Estes, entre muitos outros conflitos declarados ou potenciais não noticiados pela grande imprensa local.

Todas as tentativas de expulsão acima citadas, realizadas em ações de violência indiscriminada contra os pequenos produtores, como: utilização do serviço de capangas, ou mesmo efetivos das forças policiais dos municípios, invadindo os lares dos trabalhadores a qualquer ho

ra, do dia ou da noite, espancando, ameaçando de morte, humilhando-os de todas as formas; invasão e destruição de seus roçados e casas por tratores e/ou gado; proibição de uso das águas de um riacho próximo a suas plantações; e toda sorte de intimidação possível...

É neste período que a Igreja Católica inicia um trabalho voltado diretamente para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora urbana e rural. Na Paraíba, esta experiência tem início no ano de 1973 no meio rural, com a formação de um programa de "roças comunitárias", assentado no plano de uma ação pastoral junto aos pequenos produtores no sentido de ajudá-los "a dividir os seus trabalhos no roçado, onde o serviço é muito e o rendimento é pouco".

"A idéia de aproveitar as terras (da diocese) e realizar um trabalho de ação pastoral levou a Arquidiocese de João Pessoa à resolução de encerrar os contratos de arrendamento de suas terras para os abastados fazendeiros da região, a fim de substituí-los por pequenos agricultores. Hoje 367 hectares de terra já foram divididos com os camponeses, em três localidades no interior da Paraíba (Taquara, Gurinhaem e Gavião). (...) Junto com a divisão das terras foram criadas equipes de evangelização e promoção humana"<sup>75</sup>.

Neste sentido, quando foram expulsos de suas roças na Fazenda Tabú, no município de Pitimbu, pelos Lundgreens, para darem lugar à criação de gado, as 47 famílias vieram a compor os primeiros lotes da experiência com roças comunitárias da Arquidiocese de João Pessoa.<sup>76</sup> A Igreja, a partir de então, toma parte ativa na defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais, em toda a Paraíba.

Se o ano de 1973 marca o início efetivo da participação da Igreja paraibana, especialmente a Arquidiocese de João Pessoa, na luta junto aos trabalhadores rurais em conflito por questão de terras; já no ano de 1971 pode-se sentir o caminhar para esta tendência, na declaração do Arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires de "que a fome, a miséria e o analfabetismo que existem no Nordeste não serão vencidos com programas de assistência mas, com a mudança de estrutura, principalmente a implantação, ao menos no início, da Reforma Agrária".<sup>77</sup> Ou na pequena nota-saida no jornal O Norte, de 22 de fevereiro de 1972, pedindo união de todos na luta contra a fome.

Declarações indicativas também das mudanças em curso na Igreja Católica, não só paraibana, mas brasileira, de um modo geral. É o início da linha preferencial pelos pobres, proposta no documento do encontro de Medellín, 1968, para a América Latina, e timidamente referendada no Documento Pastoral de Brasília<sup>78</sup>, no ano de 1970, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Não compete a este trabalho uma análise do significado político-teológico da tendência da Igreja Católica para uma linha de ação pastoral preferencialmente voltada para os pobres, a já famosa Teologia da Libertação. Importa, porém, notar que, ao assumir a Teologia da Libertação, a Igreja Católica no Brasil, durante os negros anos da primeira metade da década de setenta, se coloca no centro pulsor da nação, possibilitando um espaço político e organizativo à sociedade civil abafada pela repressão desenfreada dos órgãos de segurança a serviço do Estado.

Nela e através dela se refaz a capacidade organizativa dos vários segmentos da sociedade civil no Brasil. A nível urbano e a nível rural, desenvolvem-se "equipes de evangelização e promoção humana", dando origem às Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), tão decantadas e tão cobicadas no final da segunda metade dos anos setenta.

No estado da Paraíba, no ano de 1978, existiam, só no meio rural, mais de quatrocentas (400) CEBs, todas elas envolvidas diretamente em atividades de promoção humana, que significavam, em poucas palavras, uma ação contínua de apoio às lutas desenvolvidas pela população trabalhadora rural, principalmente os pequenos produtores ameaçados de expulsão.

A resistência camponesa torna-se deste modo, possível de ser levada adiante, na medida em que o apoio não se dava apenas a nível organizativo local, mas através de denúncias consecutivas nos sermões diários em todas as Igrejas da Capital do Estado, nas mensagens transmitidas a todo território nacional e a diversos países do continente; no acesso à imprensa; nas pressões junto aos governantes, mobilizando a opinião pública do Estado, e mesmo a nacional e a internacional, para as arbitrariedades cometidas pelo capital na busca de ocupar o espaço daqueles que trabalhavam a terra com o suor de seu rosto há várias gerações. Quebra-se o isolamento que beneficiaria a violência do capital e torna-se possível uma resistência de anos na luta pela terra. Criam-se laços de cooperação e união entre os camponeses em luta, de várias comunidades e entre

vários segmentos da sociedade civil, que a eles se dirigiam em caravanas e comissões de apoio à resistência vivificada.

A Igreja, neste momento, torna-se o elo de ligação de um conflito particular com toda a sociedade. Ao mesmo tempo em que dava condições de formulação de um plano de resistência, através da cooperação de todos na manutenção de roçados comunitários, permitindo uma reserva comum de gêneros de primeira necessidade e dava margem a um deslocamento de uma parte da população em conflito para outras frentes de luta: acampamentos em frente a órgãos governamentais; participação de encontros com outras comunidades; acompanhamento do conflito na justiça; prestação de depoimentos, etc., etc.,.

As lutas dos camponeses proseguiu anos a fio, ultrapassando formas diferenciadas de pressão e repressão. Desde a mais comum e quase que diária ameaça dos capangas dos latifundiários, com invasão e destruição de roçados por tratores ou colocação de gado, até as pressões constantes da própria polícia municipal a mando dos latifundiários; a morosidade da justiça e sua ineficiência, mesmo quando dava ganho de causa aos pequenos produtores; ou mesmo as pressões exercidas pelos órgãos governamentais aptos ao tratamento da questão, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outras.

É o caso, por exemplo, da Fazenda Mucutú mais Fazenda Carapu e Andreza, nos municípios de Pitimbu e Alhandra, que, em meados de 1975, estão envoltas em conflitos por questão de terras dos mais violentos. De um lado, mais de 200 famílias de pequenos produtores vivendo na terra há anos e plantando lavoura de subsistência com um pequeno excedente destinado às feiras dos municípios vizinhos. De outro lado, proprietários em busca da terra, nua de homens, para a plantação de capim. A Igreja acompanha de perto o conflito, ajudando na organização dos camponeses e na denúncia sistemática a nível da sociedade civil do estado e nacional. Em um primeiro momento, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba, retraiu-se na luta junto aos pequenos produtores, mas, com o passar do tempo, e sob pressões dos próprios trabalhadores mais sociedade civil mobilizada em seu apoio e Igreja, assume, gradativamente e timidamente, o seu papel de representante dos trabalhadores rurais do Estado.

Em agosto de 1975, devido à contensão do conflito e o grau de repressão por parte dos grupos latifundiários, é solicitado ao governo federal pedido de desapropriação das três fazendas acima mencionadas, de acordo com o dispositivo encontrado no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), de desapropriação por interesse social. Após intensa campanha e luta em várias frentes, consegue-se, no ano seguinte, 1976,<sup>79</sup> a desapropriação da Fazenda Mucatu, alcançando os pequenos produtores, uma grande vitória na luta pela terra, tão bem como os setores da sociedade civil, através da Igreja, com eles comprometidos.

É importante frisar que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de João Pessoa,<sup>80</sup> surge no bojo desta luta. Ou, nas palavras de Wanderley Caixe, Diretor do Centro nesta época, e figura das mais importantes na história das lutas sociais recentes do estado da Paraíba: o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de João Pessoa "foi criado em 1976, a partir da mobilização de alguns setores da sociedade paraibana em função da expulsão de 165 famílias da Fazenda Mucatu"<sup>81</sup> tornando-se o centro nervoso de acompanhamento, mobilização, informação e denúncia dos fatos acontecidos junto aos movimentos sociais, principalmente rurais, paraibanos.

Se, de um lado, o Decreto 77.744 tornava-se uma vitória dos pequenos produtores das Fazendas Mucatu, Garapu e Andreza, mostrando o poder de sua organização e resistência, e dando exemplo para outras áreas em litígio, de outro lado, esta vitória era relativizada pela permanente pressão exercida pelos antigos proprietários junto aos moradores da área desapropriada.

Em janeiro de 1977, por exemplo, se dá o assassinato de um pequeno agricultor,<sup>82</sup> por o mesmo ter reclamado junto a um capanga de um dos antigos proprietários, dos animais que invadiram e estavam destruindo o seu roçado.<sup>83</sup> Em maio deste mesmo ano, é encaminhado ao Presidente da República um abaixo-assinado dos moradores das três fazendas em litígio, denunciando que estão sendo permanentemente ameaçados de expulsão das terras desapropriadas pelo decreto 77.744, pelos antigos proprietários.<sup>84</sup>

Em setembro de 1977, um novo abaixo-assinado denuncia ao Presidente da República que o INCRA não está cumprido o decreto de desapropriação

ção, havendo o referido órgão delimitado os lotes e distribuído os mesmos com pessoas não moradoras da propriedade<sup>85</sup>. A luta e a resistência dos pequenos produtores continua. Em dezembro de 1977, não aguentando mais as pressões contínuas do antigo proprietário da Fazenda Garapu, o qual vinha fazendo ameaças de morte aos membros de sua família e destruindo regularmente seu roçado, e não encontrando mais esperança de uma saída favorável a sua permanência em paz na terra, suicida-se um pequeno produtor.<sup>86</sup>

O clima de grande tensão começa a esmorecer com a chegada do Grupamento de Engenharia na área, assumindo o comando das operações. Ao lado de manter o isolamento da área desapropriada, com a proibição de entrada de "pessoas estranhas" nas fazendas, promove "festas, churrascos, (começa a) distribuir medalhas e presentes para o povo. Levou a ACISO - Ação Cívica Social do Exército - para lá que tinham carros com médicos, enfermeiros, remédios e tudo o mais".<sup>87</sup>

Há, neste sentido, uma ação de desmobilização da área, com o intuito de barrar a atuação dos agentes internos (lideranças camponesas) ou externos (a Igreja, segmentos da sociedade civil). Redefinem-se os termos do conflito e a expressão da vitória da luta dos pequenos produtores, quando se acentua mais uma vez a posse jurídica da terra: como propriedade individual de terras. Ao mesmo tempo se estabelecem as bases de cooptação do movimento, agora localizado, com instalação de entidades governamentais e militares na área, possibilitando aos camponeses a ilusão do progresso: ver a ação da ACISO, descrita por D. José Maria Pires, e a atuação do INCRA, criando as bases de um sistema de cooperativa sob seu controle, sujeitando a produção camponesa de forma mais absoluta ao capital.

O Estado, deste modo, tenta bloquear o avanço das lutas camponesas em duas frentes: de repressão direta ou indireta e de cooptação. Estas duas frentes irão estar presentes em todos os demais conflitos pela posse da terra na Paraíba. A resistência à repressão desenfreada do capital mais forças "de segurança", pelos pequenos produtores, se, de um lado, intimida o Estado, fazendo-o redefinir os termos da repressão, com promessas de resolução ou até mesmo a aplicação de legislações que aparentemente dão solução ao movimento, do outro lado abre espaço ao

esvaziamento do movimento pela ação de órgãos governamentais, neutralizando a atuação das lideranças, pela sua expulsão da área em litígio e seu isolamento, cooptando, assim, os pequenos produtores com pequenos serviços de infra-estrutura, por exemplo, ou mesmo de cessão de financiamento para os já agora pequenos proprietários, possibilitando a geração de uma nova forma de exploração e sujeição da classe dominada ao capital.

De 1976 a 1980, houve um aprofundamento da questão de terra na Paraíba, com um aumento significativo das áreas em litígio. Os jornais e documentos dos setores ligados de forma direta (como a Igreja, através do seu Centro de Defesa dos Direitos Humanos, entre outros), noticiam a existência de sessenta e dois (62) conflitos de terra: Fazenda Coqueirinho, Fazenda Cachorrinho, Fazenda Retirada, Fazenda Alagamar, Riacho dos Currais, Fazenda Piacas, Poço Doce, Quadra-Deus, Mumbaca, Salomão, Urna, Umaí, Serra de São José, Mumbaca, Sapocaia, Cavallo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Juá, Armados, Gota de São José, Forquilha, Caiporã, Maria de Melo, Souza, Fazenda Campos, Baixio, Várzea Grande, Açude Novo, Onça, Capim de Cheiro, Sítio Novo, Reserva Indígena de Baía da Traição, Sítio Mudo, Mozeiro, Carvalho, Porteira, Capivara, Serra da Raiz, Fazenda Geraldo, Camará, Engenho Assis, Cabeça, Sapé, Alagoinha, Fazenda Abiaí, Sítio Corcovado, Boa vista, Covoada, Riacho dos Cavalos, Fazenda Sítio, Gandú, Fazenda Nova, Ingá, Camucim, Gurujá, Paribe, Mangereba, Taquara, Tabá, Garapu, Sítio das Moças, entre outros.<sup>88</sup>

Conflitos estes que envolvem um número aproximado acima de três mil (3.000) famílias de pequenos produtores, com um número, também aproximado de mais de vinte mil (20.000) indivíduos diretamente envolvidos.<sup>89</sup> Muitos destes conflitos ganham, inclusive, manchetes e destaques na imprensa nacional, como é o caso e de Cachorrinho, Coqueirinho e fazendas que compõem a chamada grande Alagamar.

A repressão advinda dos latifundiários, via capangagem, e da própria força policial do município, e até mesmo do estado, chega a requintes de crueldade: as destruições de roçados dos pequenos proprietários, por gado ou máquina, sendo um recurso quase que diário pelos proprietários de terras em litígio; proibição de uso de água de via

chos ou açudes pela população residente nas fazendas em litígio; o policiamento extensivo, isolando os camponeses em luta, proibindo entrada e saída de pessoas da área; as ameaças de morte aos camponeses, tão bem como a responsáveis por entidades que lhes dão apoio, como é o caso da ameaça de morte sofrida pelo advogado e diretor do Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Assessoria e Educação Popular, Wanderley Caixe, em outubro de 1980, tendo sido, este mesmo advogado, sequestrado em agosto de 1978 por latifundiários paraibanos, quando ainda era membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba;<sup>90</sup> espancamento e decepção de membros de pequenos produtores (como é o caso, por exemplo, de Aluísio Tomé da Silva, foreiro da Fazenda Alagamar, que teve sua orelha decepada por um capanga, a mando dos proprietários de terras da região); prisões de camponeses e mesmo de pessoas ligadas à ação pastoral da Igreja, como é o caso da prisão das irmãs Marlene Urgeb e Antonia Van Ham e, do agente pastoral João Batista Sales, acontecida na região da grande Alagamar, em janeiro de 1980. Estes são alguns dos recursos utilizados pelos latifundiários, mais aparato repressivo do estado, para intimidação ao camponês.<sup>91</sup>

Tal violência não intimida a resistência dos pequenos produtores em litígio, seguindo adiante na luta pela posse da terra. Esta resistência se realiza através de abaixo-assinados aos órgãos competentes e/ou diretamente ao Presidente da República; de acampanhamentos de vigília junto ao palácio do governo do estado ou da Assembleia Legislativa; da destruição de cercas colocadas pelos proprietários sobre seus roçados, etc., etc.,<sup>92</sup>

A luta dos pequenos produtores na Paraíba, teve como consequência indireta, o despertar da consciência política de vários segmentos da população, os quais se organizaram em apoio à resistência camponesa, através da Igreja, ou fora dela. Estes estabeleceram canais entre cada luta determinada e a sociedade como um todo, pela mobilização permanente de segmentos crescentes da sociedade paraibana, através de atos públicos, panfletagem, caminhadas, divulgação pela Imprensa etc., ao mesmo tempo em que transcendiam o próprio objetivo inicial de apoio aos conflitos rurais para passarem a denunciar toda e qualquer forma de violência contra a população e organizar e dar apoio às lutas populares.

Assim, em 1978, é formado na cidade de João Pessoa, o Comitê de Apoio às Lutas Populares, cujo objetivo imediato era o de denunciar a violência contra os camponeses e lhes fornecer apoio. Este Comitê passa a seguir a assumir um papel mais amplo de denúncias sistemáticas de situações de violência contra a população dominada paraibana como um todo e a dar apoio às lutas travadas.

O apoio dos segmentos médios da sociedade civil paraibana é reforçado, a partir de 1976, com o crescimento abrupto da Universidade Federal da Paraíba, a qual recebe um contingente de professores vindos dos mais diferentes estados brasileiros, que passa a engajar-se de um modo contínuo na luta pela democracia interna da universidade e no apoio e organização às lutas dos setores dominados da sociedade paraibana.

Em 1976, por exemplo, os estudantes da Universidade Federal da Paraíba, após intensa mobilização, retomam o Diretório Central dos Estudantes (DCE), até então sob rígido controle da reitoria, passando a ser uma força presente internamente, na luta pela melhoria do ensino e democratização da Universidade e, externamente, na participação e apoio às lutas travadas pela sociedade paraibana e nacional, como um todo. Em 1978, é criada a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUF-Pb), que, junto com os estudantes, se coloca como força presente no seio da sociedade, em participações crescentes de apoio às lutas travadas fora da universidade, ou dentro dela.

Neste período, na Paraíba, como de um modo geral em todo o Brasil, cresce a luta pela anistia aos presos políticos, aumentando a discussão pelos direitos da pessoa humana, tão bem como reativando a necessidade de revirar o passado recente por que passou o país, o Nordeste e a Paraíba em particular, buscando em depoimentos com antigos militantes e membros das classes dominadas reavivar a memória nacional abafada no pós-golpe.

Neste sentido, ampliam-se mais uma vez as esferas do debate político. A sociedade civil brasileira, a paraibana em particular, apropria-se aos poucos de sua memória e reativa os canais de pressão junto ao Estado, testando sua força, seu crescer político, enfim.

Esta reativação da sociedade civil nacional e paraibana em particular, mais uma vez aqui se repete, teve como espaço inicial de deba-

bates e organização, os trabalhos desenvolvidos pela ação pastoral da Igreja. Esta, foi a única instituição a nível nacional que teve condições e de se impor frente ao regime autoritário sem ser esfacelada, por sua nucleação internacional, mantendo-se, após sua "opção preferencial pelos pobres", como um dos poucos espaços de crítica, denúncia e oposição à ditadura.

A partir de 1970, principalmente, a Igreja irá ocupar lugar privilegiado nos debates políticos nacionais e/ou regionalmente localizados, caso da Paraíba, possibilitando uma mobilização crescente dos diversos setores da sociedade civil e, conseqüentemente, os primeiros passos para a reorganização político-reivindicativa da população.

Data desta época, também, a penetração organizativa da Igreja nos bairros populares das cidades paraibanas. São criadas diversas Comunidades Eclesiais de Base e/ou Associações, Conselhos de Moradores, com um sentido explícito de evangelização, mas que possibilitam a organização dos bairros no intento inicial da reivindicação de melhorias de infraestrutura (saneamento, transporte, água, luz, etc.). Entre estas comunidades destacam-se os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Comunitário do Rangel, formado por representantes dos bairros do Rangel, Redenção, Cristo Redentor, Alburgue, Jardim Itabaiana, Bom Samaritano e Varão; pelas equipes no bairro de Mandacarú, Jaguaribe, Torre, Cruz das Armas, Favela Beira-Rio e muitas outras.

Os trabalhos desenvolvidos pelos moradores, com o apoio da Igreja e de tendências políticas no seu interior, nos primeiros anos da década de setenta, situam-se, de um lado, na melhoria de infraestrutura<sup>93</sup> e, de outro lado, na reivindicação pela posse de terra urbana (contra remoção das favelas).<sup>94</sup> Tais lutas são realizadas a partir de abaixo-assinados às autoridades municipais e estaduais, passeatas, vigílias junto a Prefeituras, resistência e denúncia da violência policial e do estado no interior das favelas, reconstrução pela comunidade dos barracos destruídos; etc.. Cada vitória possibilita maior poder de mobilização das equipes, comunidades, conselhos, associações de moradores e, conseqüentemente, cria canais de apoio às lutas travadas fora do bairro. Ao mesmo tempo, gera embriões de organização de diversas categorias de trabalhadores, no interior das reflexões desenvolvidas em cada bairro!

pelas associações de moradores.

São assim desenvolvidos trabalhos junto aos operários do setor têxtil, da construção civil, gráficos, lavadeiras, etc., os quais, timidamente, iniciam um questionamento à estrutura sindical atrelada e pelega, em que se encontram envolvidos os sindicatos de sua categorias, formando embriões de oposições sindicais. Estas germinarão alguns frutos nos primeiros anos da década de oitenta, com a tomada de alguns sindicatos pelegos por lideranças mais combativas, como é o caso do setor têxtil, por exemplo.

A partir de 1979, iniciam-se algumas greves de trabalhadores no Estado da Paraíba. A primeira delas, paralisando todo o Estado, é a dos trabalhadores no ensino do 1º e 2º graus da rede escolar estadual. Suas reivindicações principais situavam-se em 100% de reajuste salarial; melhoria das condições de ensino e democratização do sistema educacional brasileiro e estadual, particularmente. Teve início em 05 de maio de 1976 com uma duração de treze dias. O movimento paredista terminou sem conseguir o reajuste salarial solicitado, embora obtendo um grande avanço a nível de mobilização e organizacional da categoria.<sup>95</sup>

Em junho do mesmo ano, eclode no dia 13, espontaneamente, uma paralisação do serviço de transportes urbanos da cidade de João Pessoa. Motoristas e cobradores dos transportes coletivos reivindicam um teto de Cr\$ 5.600,00 inicial para a categoria, regularização da carteira profissional e pagamento de horas-extras.

O movimento dura um dia, sob clima de intensa violência policial, com espancamento e prisões de 10 motoristas, e termina vitorioso. É atendida a reivindicação principal da categoria: o teto base de Cr\$ 5.600,00.<sup>96</sup>

Em julho de 1979, os trabalhadores da construtora SOTEMA, em obras na cidade universitária, paralisam suas atividades e promovem uma passeata até o escritório da empresa, reivindicando melhoria salarial e melhores condições de trabalho. O movimento é contornado com a promessa da diretoria de estudar as reivindicações dos operários (construção civil), com vistas à melhoria salarial.<sup>97</sup>

Em outubro do mesmo ano, durante a campanha salarial dos trabalhadores na construção civil, o sindicato burla os encaminhamentos e

reivindicações tiradas em tumultuada assembléia (realizada em 22.09.79), criando, deste modo, um clima de insatisfação na categoria, contra o peleguismo da diretoria. Após intensa luta interna, entre associados e diretoria, na busca do encaminhamento correto das reivindicações salariais (aumento de 100%), o sindicato consegue neutralizar os elementos mais progressistas da categoria e impor o encaminhamento da negociação do dissídio a seu modo.<sup>98</sup>

Em setembro de 1979, os estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPb) fazem greve de quinze dias, de 03 a 17, contra a mojoração de 233% no preço das refeições servidas no Restaurante Universitário. Os cinco campi universitários da UFPb são totalmente paralisados. "Em seu décimo-quinto dia, cerca de 4.000 estudantes decidem, em assembléia geral, pelo fim da greve. A assembléia vai terminar no 1º andar da reitoria, onde os estudantes apresentam o desejo de continuar com as negociações desde que os preços do RU continuem congelados até o final das mesmas. A reitoria se mantém intransigente, mantendo a imposição de seus preços. Logo após o CGG (comando Geral da Greve) faz uma nota denunciando a atitude arbitrária e impositiva da Reitoria".<sup>99</sup>

Nos dias 11 e 12 de dezembro de 1979, os professores do campus de João Pessoa, da Universidade Federal da Paraíba, paralisam suas atividades, reivindicando reposição salarial de 52,7% e ampliação do quadro permanente dos professores. No início do ano de 1980, no mês de março precisamente, se dá início pela imprensa, através do jornalista Severino Ramos - ponta de lança de grupos econômicos paraibanos - a campanha "xenófoba" na UFPb. Todos os professores não nascidos na Paraíba eram alvos gratuitos de ataques, que variavam desde o comportamento moral/sexual dos mesmos, até sua capacidade profissional.<sup>100</sup> De 25 de agosto a 1º de setembro de 1980, se desenvolve, no campus de João Pessoa, uma greve contra a demissão arbitrária de três professores do Departamento de Arquitetura da UFPb. A greve paralisa todo o campus e termina vitoriosa com a reintegração dos professores ao quadro docente.<sup>101</sup> No dia 02 de setembro de 1980, a ADUFPb, no campus de João Pessoa, recebe comunicação falsa, de existência de bomba no interior de sua sede. A ameaça é feita por uma nunca identificada Falange Pátria Nova.<sup>102</sup> Em 15 de novembro de 1980, entram mais uma vez em greve todos os professores espalhados pelos campi da UFPb, por reajuste de 48% para a catego-

ria; reajuste semestral; 12% para a educação e envio do projeto de carreira do magistério. A greve se torna nacional, decidindo os rumos que servirão de orientação para a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES),<sup>103</sup> meses depois.

Uma nova greve dos motoristas e cobradores nos transportes coletivos da cidade de João Pessoa é realizada nos dias 14 e 15 de julho de 1980. Reivindicam: salário igual para todos os profissionais, oito horas de trabalho com intervalos para café e almoço e, contra de missões arbitrárias de colegas. O movimento paredista é revestido de intensa violência policial. As ruas da cidade são tomadas por pelotões da polícia e do exército. Vários espancamentos de grevistas são cometidos, havendo um gravemente ferido: o motorista Francisco Pereira, alvejado pela polícia. Os grevistas recebem manifestações de apoio de populares. O Conselho Comunitário do Rangel publica nos jornais nota apoiando "o justo movimento dos motoristas". As reivindicações não foram atendidas.<sup>104</sup>

A partir de 1978, surgem na Paraíba grupos feministas de várias tendências. Desde a Federação das Mulheres, que vê a luta das mulheres como um momento na luta do conjunto dos trabalhadores, até grupos feministas que buscam encontrar a saída para a liberdade feminina através do conhecimento do próprio corpo. Este último grupo desenvolve intenso trabalho sobre a política do conhecimento do corpo junto à classe média, universitária, passando a seguir a formar grupos de reflexão nos bairros populares.<sup>105</sup> Desenvolve também trabalhos de denúncia sistemática: a maltratos sofridos por mulheres, desde a violência sexual propriamente dita até o assassinato por questões "morais".

O primeiro grupo desenvolve trabalhos junto a grupos de Mães, encaminhando-se mais diretamente, no sentido de apoio e organização das mulheres, em luta contra o aumento desenfreado no preço de produtos de primeira necessidade, etc.

Em 1978, surge e se desenvolve em uma linha de tentativa de desmistificação da conduta homossexual, o grupo Nós Também, formado por homossexuais de ambos os sexos, na cidade de João Pessoa.

Outro grupo que surge é o ecológico. Em 1979, é criada a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), por professores e

alunos da área de geo-ciências da UFRB, campus João Pessoa, a qual busca lutar pela preservação de espécies animais em extinção, tão bem como contra a poluição.

A poluição, de outra parte, é centro de intensa luta na Paraíba, de um lado, pela população moradora numa área conhecida como Ilha do Bispo, no centro de João Pessoa, onde se sedia a CIMEPAR. Esta luta contra a poluição é associada à tentativa de expulsão dos moradores pela fábrica de cimento, única estratégia anti-poluição, segundo o jornalista Ivan Maurício,<sup>106</sup> adotada pela empresa. Esta, afastando os moradores da área circunvizinha a empresa, acabaria com as denúncias de ser causadora de problemas respiratórios da população, ao mesmo tempo em que, desocupando a área, estaria de posse de uma imensa jazida de calcário, matéria-prima para a fábrica.

A expulsão dos moradores acontece sob clima intenso de intimidação e violência. A população resistindo, consegue neutralizar ou melhor, amenizar a ação da fábrica no sentido de expulsão dos moradores, mas não consegue impor uma redução do volume da fumaça expelida, causadora da poluição.

Embora se tenha sob pressão da população, chegando a se formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do Estado e uma Comissão de Alto Nível, formada sob designação do Governo Estadual, ambas concluindo que a fumaça expelida pela CIMEPAR causava grandes prejuízos à saúde e bem estar da população, não se ousou impor nenhuma penalidade à fábrica. Engavetaram-se os resultados das comissões e se propôs uma ação cautelosa no caso, isto porque o grupo Matacazzo, dono da CIMEPAR, detinha três das maiores indústrias da Paraíba, já havendo um projeto para implantação de uma quarta.

De outro lado, se tem a luta contra a poluição dos rios da região pela descarga contínua de resíduos industriais (calda de usinas, principalmente) quebrando o equilíbrio ecológico. Esta luta é realizada por pescadores ao longo do Rio Goiana, em abril de 1978, quando em encontro, resolvem enviar um abaixo assinado ao presidente da república, denunciando a morte do rio e a contaminação das lavouras ribeirinhas.<sup>107</sup> Nenhuma providência foi tomada. Em maio de 1979,<sup>108</sup> novas denúncias foram feitas pelos pescadores do rio, que se encontram em uma situação de não conseguir, após um dia de trabalho, nenhum peixe em suas águas.

Nenhuma providência mais uma vez foi tomada. As usinas continuam a jogar sua calda, como sempre jogaram, e mesmo acontecendo com algumas in-  
dústrias, como a PONSA - Papel Ondulado do Nordeste S.A., por exemplo, que jogam seus detritos no Rio Goiana. Os pescadores desesperados, tentam abandonar o local e migrar (para onde?), alguns resistem... e a luta pela sobrevivência e contra a poluição prossegue.

Tem-se, aqui, um quadro parcial da condição e sujeição da massa trabalhadora paraibana, bem como flashes de sua luta; no impor uma marca humana a toda tentativa de torná-los coisas pelo capital; na luta passiva pela sobrevivência do dia-a-dia, encontrando formas alternati-  
vas que subvertem a coisificação imposta ou, no impor-se como força política, mesmo que tímida; nos enfrentamentos e resistências a partir dos conflitos pela posse e uso da terra ou a partir das paralisações e greves por melhores condições salariais, e de trabalho; ou ainda, partindo de reivindicações de melhoria de infra-estrutura e por melhores condições de vida.

O retrato presente, demonstra que os espaços ocupados ou a virem a ser ocupados por qualquer categoria de trabalhadores ou grupos dominados, são espaços sobretudo conquistados. A cada momento, a cada passo pelos dominados do sistema. E que estas conquistas, em si são a todo tempo passíveis de servirem à cooptação pelo Estado, resultando para a massa trabalhadora e/ou dominada, em uma nova e mais sutil (ou perversa?) forma de exploração e sujeição.

Demonstra, também, e de outra parte, que os rastros deixados pelo avanço do capital monopolista a nível nacional, numa região descapitalizada, como é o caso do Nordeste e da Paraíba, em particular, são rastros de destruição e de tragédia. Uma população, uma massa de homens, mulheres e crianças, entregues a um descaminho: expulsos da terra, expul-  
sos dos rios (agora mortos ou em vias de extinção); sem empregos nas ci-  
dades,<sup>109</sup> nômades pela miséria e sujeição, entregues a um lento e gradu-  
al extermínio. Embora lutando...

NOTAS

1. Ver jornais Correio da Paraíba (CP); O Norte (N) e A União (U) dos dias 08, 19, 20 e 21 de abril de 1964.
2. Ver jornais CP nos dias 07, 09, e 10 de abril de 1964 e N no dia 09/04/1964. A CEPLAR era composta por uma grande frente de intelectuais, estudantes, padres, políticos e profissionais liberais que desenvolviam um trabalho de educação popular, sobretudo no meio rural. Nos meses que antecederam o golpe, a CEPLAR estava desenvolvendo atividades com vistas à formação de sindicatos no meio rural do Estado.
3. CP, 07/04/1964.
4. CP, 28/06 e 01/07/1964.
5. CP, 19/06/1964.
6. Os jornais diários da capital paraibana, durante o ano de 1964, dão conta de um sem número de comissões de inquérito e/ou sindicâncias instauradas em órgãos federais, estaduais e municipais existentes no Estado da Paraíba, sendo cansativo e sem grande eficácia prática a citação nominal de cada nova comissão pela imprensa.
7. ver N, de 05/04, 07/04 e 12/04/1964; e CP, de 05/4, 07/04, 08/04, 10/04 e 16/04/1964.
8. CP, 29/05/1964.
9. CP, 10/04/1964 e N, 08/04/1964.
10. CP, 04/04/1964 e N, 09/04/1964.
11. CP, 21/05/1964.
12. Segundo o CP, de 02/12/1964, a partir de então o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e Comercial da Paraíba passa a ser denominado Sindicato dos Professores do Estado da Paraíba, com jurisdição para oito categorias: ensino superior, secundário e primário, comercial, senac, artes, canto ofeônico, mestres e contra-mestres do ensino profissional e, empregados da administração escolar.

13. Ver por exemplo, CP nos dias 02, 03, 05, 07, 09, 12, 14/04/1964 e 21/05/1964; e N, nos dias 09, 10, 12/04/1964 e 17/05/1964.
14. CP, 20/05/1964 e N, 28/05/1964.
15. N, 28/05/1964.
16. CP, 16/06/1964.
17. CP, 17/12/1964.
18. O Pasquim nº 498, Rio de Janeiro, 12 a 18/01/1979. Ver também entrevista com Assis Lemos na Revista Escrita/Ensaio IV (10): 195-205, São Paulo, 1982 (especialmente pags. 203/4).
19. Segundo listagem fornecida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-Pb), contendo data de fundação e de reconhecimento de todos os sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado.
20. CP, 05/03 e 22/03/1968.
21. Elisa Bezerra Mineiros. "Rememorando uma Experiência de Sindicalização Rural", João Pessoa, datilografado, pags. 2 e 3.
22. N, 05/05/1964. Esta nota vem seguida por outra, também assinada pelo Secretário da Segurança Pública do Estado, intitulada: "Instruções aos Delegados de Polícia".  

Nesta nota se instrui para: a) o cumprimento rigoroso da nota sobre os sindicatos; b) não tomar partido no lado de facções partidárias ou pessoais locais; c) os salários dos trabalhadores não podem ser rebaixados, os descontos em folha para os sindicatos continuam normais e os despejos só se darão por sentença judicial; d) impedir o funcionamento de reuniões contrárias ao interesse público ou de entidades não legalmente constituídas; e) só efetuar prisões por determinação da Secretaria da Segurança Pública ou pelo comando militar, exceção feita aos flagrados em crime ou agitação social. Entre outros pontos.
23. CP, 27/06/1964
24. N, 04/05/1964 e CP, 05/04; 17/04; 04/05; 12/08 e 05/11/1964.
25. CP, 17/04/1964.

26. N, 12/06 e 31/10/1968.
27. N, 05/04/1968.
28. N, 17/09/1968.
29. CP, 04/05/1968 e N, 26/05; 11/06 e 13/06/1968.
30. Sobre a participação dos setores da Igreja Católica comprometidos com uma linha de sindicalização, no movimento golpista de abril de 1964 e no norteamento do documento que gerou a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Ver Mauro Guilherme Pinheiro Koury, "Greves Rurais na Zona da Mata de Pernambuco PÔs-64; Reflexões em torno das Relações entre Sindicalismo Rural e Estado Autoritário no Brasil", João Pessoa, Textos de Debate (1): 10-34, abril de 1980.
31. O jornal CP de 25 de abril de 1964, por exemplo, noticia que em Santa Rita e outros municípios da várzea paraibana os trabalhadores rurais são obrigados a trabalharem mais de 10 horas por dia, sem direito a hora-extra.
32. Ver, Mauro Guilherme Pinheiro Koury, "O Modelo e a Cidadania", Salvador, Cadernos do CEAS nº 81: 20-28, set/out., 1982.
33. Ver, por exemplo, N, de 10/08/1966; 17/05/1968, entre outros.
34. ACO, Nordeste: "O Homem Proibido", Recife, dez. 1970, pag. 4.
35. Ibidem.
36. Ver capítulo sobre o dispositivo 34/18 em Albert O. Hirschman, Desarrollo y America Latina: Obstinação por la Esperanza, México, Fondo de Cultura Económica, 1973.
37. CP, 04/05/1965.
38. CP, 27/04/1965.
39. SUDENE, Pesquisa sobre a Indústria Têxtil no Nordeste do Brasil - 1969, Recife, Minter/Sudene, 1971, pag. 26.
40. Ibidem, pag. 27.
41. As notícias sobre os acontecimentos da Fábrica Tibiry, durante e após o seu fechamento, que foram aqui utilizadas, encontram-se no N, nos dias 01/10 e 03/10/1969; 24/05/1970; 04/11/1970; 26/01 e 14/10/1972 e 14/08/1974.

42. N, 06/03/1970.
43. N, 10/03 e 12/03/1970.
44. Francisco de Oliveira e Henri-Philippe Reichstul. "Mudanças na Divisão Interregional do Trabalho no Brasil", São Paulo, Estudos CEBRAP, (4): 131-156, jun. 1973, pag. 149.
45. Ibidem
46. Ibidem. págs. 164/65.
47. Mauro Guilherme Pinheiro Koury, O Bagaço da Cana: Um Estudo de Ideologia na Região do Açúcar, Recife, Pimes, 1976 (mimeog). Ver principalmente capítulo sobre "A Questão da Concorrência entre os Trabalhadores", pags. 66-79.
48. N, 24 e 26/03/1968. Utilizou-se também dados de entrevistas com ex-operários da Zebú realizadas pelo autor em julho de 1982.
49. Dados de entrevista. Ver, também, U nos dias 21/01 e 09/02/1967.
50. CP, 08/02 e 20/02/1968 e U, 09/02/1968.
51. N, 07/10/1970.
52. Ver, Mauro Guilherme Pinheiro Koury, "O Modelo e a Cidadania", op. cit., onde se trata mais detalhadamente esta questão. Ver também, Simone Weil, A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, principalmente págs. 73 e 94.
53. Francisco Foot Hardman, Nem Pátria, Nem Patrão, São Paulo, Brasiliense, 1983. Ver, principalmente, capítulo dois. "A Estratégia do Desterro".
54. Simone Weil, op. cit., pág. 87.
55. No Nordeste e na Paraíba, em particular, as constantes secas levam a população trabalhadora rural a se deslocar de seus sítios para as cidades circunvizinhas, ou mesmo para as capitais dos estados. Os jornais noticiam constantemente casos de "invasões" por congelados! a cidades e o saque de armazéns, feiras e depósitos de gêneros alimentícios existentes. Como exemplo: as "invasões" das cidades de São José de Piranhas, Desterro, Souza, entre outras cidades paraibanas, noticiadas em grandes manchetes de primeira página pelos jornais locais, ocasionando, inúmeras vezes, repressão policial inten-

sa contra os trabalhadores. Ver, N, 14/04; 06/05; 19/05 e 24/05 / 1970, entre outros.

Ou mesmo a invasão de depósitos de gêneros alimentícios por trabalhadores desempregados, como é o caso, já anteriormente citado, dos operários têxteis da cidade de Santa Rita .

55. O CP de 02/04 e 11/04/1965 noticia que o espancamento nas prisões da Paraíba, ganhara, nos dias antecedentes manchetes em quase todos os órgãos de imprensa nacional, causando verdadeiro clamor da sociedade civil.
57. N, 05/01/1969.
58. N, 20/07 e 15/10/1968.
59. Caso da Vila Japonesa, situada no Bairro de Mandacaru, na cidade de João Pessoa, onde mais de 100 famílias foram arbitrariamente expulsas de suas casas. CP, 18/10/1964.
60. Ver o caso da construção da Av. Beira Rio, na cidade de João Pessoa, por exemplo, originando várias favelas na periferia da cidade, no deslocamento da população. Jornal do Povo (JP), nº 1, João Pessoa, maio de 1979.
61. CP, de 13/05/1964 a 13/11/1964; N, 27/07/1964; 12/11/1964 e 02/04 / 1966 e U, 01/03/1968, onde se retrata o questionamento, pela massa trabalhadora de João Pessoa, contra o aumento das passagens nos coletivos; batalha de abaixo-assinados contra o aumento de 100% no preço das passagens, conseguindo, após longa luta, uma redução para 55%; ou reclamações de moradores de bairros populares da cidade de João Pessoa sobre o péssimo atendimento da Companhia de Transporte que os abastece, conseguindo mudar a empresa e melhorar o atendimento nos horários do rush.
62. N, 02/04; 05/04 e 06/04/1968.
63. N, 09/04; 10/04 e 11/04/1964.
64. Ver CP de 07/05/1968 e N de 14/08/1968, onde é retratada uma greve, por tempo indeterminado, ocorrida em todas as seções do Colégio Estadual de João Pessoa, com reivindicações pela melhoria do ensino e pela contratação de novos professores.

65. N, 14/08; 15/0 ; 15/10 e 22/10/1968.
66. N, 10/05/1968.
67. N, 18/10/1968.
68. N, 15/08; 20/08; 06/09; 12/09; 29/09; 18/10; 30/10/1968.
69. Dados de entrevista.
70. N, 04/01/1969.
71. N, 30/07/1961.
72. Ver. Mauro Guilherme Pinheiro Koury, "O Modelo e a Cidadania", op. cit., onde se discute detalhadamente a questão.
73. Francisco de Oliveira, "Anos 70: "As Hostes Errantes", São Paulo, Novos Estudos CEBRAP 1 (1): 20-23, dez. 1981.
74. N, 13/01/72; 11/01/1973; 08/04/1973; 08/08/1973; 31/08/1973; 13/08/1974 e Opinião nº 15, Rio de Janeiro, 12 a 19/02/1973.
75. "Um Ensaio no Campo", Opinião nº 15, acima citado.
76. Ibidem.
77. Citado no boletim Reforma Agrária, Campinas, 1(6): 14, ABRA, julho de 1971.
78. CNBB, Documento Pastoral de Brasília, Petrópolis, Vozes, 1970 efetivando-se nova emissão de posse, pelo INCRA, em 26/02/1977.
79. Decreto nº 77.744, de 03.06.1976.
80. No ano de 1979, devido a divergências internas, de orientação política à luta de camponeses e trabalhadores rurais do estado, se dá o afastamento do Advogado Wanderley Caixe da Coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, o qual funda, logo a seguir, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Assessoria e Educação Popular (CCDH-AEP), com sede na cidade de João Pessoa.
81. CCDH/AEP, Relatório de Atividades - 1981, João Pessoa, 1981, pag. 6.
82. N, 05/01/1977.
83. Após este incidente, acelera-se a pressão dos pequenos produtores sobre os órgãos governamentais competentes para o assunto, efetivando-se nova emissão de posse, pelo INCRA, em 26/02/1977.

84. O Momento, João Pessoa, 16 a 22 de maio de 1977.
85. O abaixo-assinado segue com 107 assinaturas. N, 10/09/1977.
86. N, 10/12/1977.
87. Dom José Maria Pires, "A Prática Política da Fé", entrevista à revista Escrita/Ensaio 10: 31-54, São Paulo, 1982, pág. 49.
88. Em Tempo nº 1, Rio de Janeiro, 23/01/1978; CEDI, "Aconteceu" nº127, Rio de Janeiro 18 a 24 de novembro de 1980; Diário de Pernambuco, Recife, 04/02/1979; Movimento, Rio de Janeiro, 04 a 10/12/1978; Brasil Mulher nº 9, Rio de Janeiro, outubro de 1977, são alguns dos jornais de fora do Estado da Paraíba que noticiam os conflitos de terra nele existentes. A imprensa paraibana, quer a chamada grande imprensa, quer a chamada imprensa alternativa, no período correspondente aos anos 1976 a 1980, publicam quase que diariamente notícias sobre os conflitos por questão de terra no estado, sendo desnecessário e cansativo o enumerar exaustivo e diário dos jornais locais sobre a questão. Alguns boletins, como o Reforma Agrária, publicado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e o Trabalhador Rural, órgão de divulgação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), também dão ampla cobertura aos conflitos de terra, não só da Paraíba, mas do Brasil. Ver, também, alguns artigos recentes sobre a questão: Maria Cândida Gonçalves, "O Proalcool e os Conflitos pela Posse de Terra no Estado da Paraíba", João Pessoa, Textos de Debate 2:1-11, julho de 1982; Dulce Maria B. Cantalice, "Penetração do Capitalismo no Campo: Um Estudo do Caso Alagamar", João Pessoa, Textos de Debate 1:46-98, abril de 1980, e "O Conflito de Terra em Alagoa Nova", Salvador, Cadernos do CEAS 73: 25-37, maio-junho, 1981; e Nabil Joseph Eid, "Demarcação de Áreas de Reserva Indígena no Brasil: O Caso Potiguara na Baía da Traição-Pb", João Pessoa, Textos de Debate 1: 99-110, abril de 1980.
89. Aproximação realizada a partir dos dados fornecidos pelos documentos consultados, havendo divergência de números em alguns deles e não aparecimento da quantidade de famílias ou pessoas envolvidas em cada conflito, em outros.
90. Em Tempo nº 23, Rio de Janeiro, 7 a 13 de agosto de 1978.

91. N, 27 e 28/09/1978; 03 e 04/01/1980, -U, 04/01/1980 e CP, 03/01/1980.
92. Esta resistência obstinada dos pequenos produtores, alcança algumas vitórias, entre liminares favoráveis à permanência nas suas posses, fixadas por alguns juizes de comarcas na Paraíba e, mesmo, nova desapropriação por interesse social, como foi o caso de Alagamar e Pincas, desapropriadas pelo Decreto nº 82.614, de 08 de novembro de 1978.

Estas vitórias, contudo, para serem efetivadas concretamente, necessitavam de uma maior união dos pequenos produtores, na medida em que não eram respeitadas pelos grupos latifundiários. Ao contrário, estes intensificaram a repressão, a intimidação diária aos pequenos produtores.

Com a chegada e o controle da área por órgãos governamentais, como o INCRA, por exemplo, iniciava-se um outro processo, numa mistura de intimidação e cooptação da população residente na área. Ou seja, repetia-se a façanha já realizada em Mucatú: isolamento da área, com proibição de "pessoas estranhas" à localidade, intimidação das lideranças locais, tentativa de suborno de alguns moradores com promessas várias, no intuito de desmobilização e divisão da população camponesa, até à criação de cooperativas "fastama" - isto é, sem consulta à comunidade. Entre outras medidas:

93. Ver por exemplo, JP nº 3, agosto 1979, sobre as lutas dos moradores de bairros populares de João Pessoa contra as péssimas condições dos serviços de transportes urbanos; JP nº 4, setembro de 1979, onde se relata a concentração em frente à Prefeitura de João Pessoa para entrega de abaixo-assinado pedindo melhoria no sistema de transportes coletivos; JP nº 5, outubro de 1979, sobre convocação de uma Assembleia Popular para lutar contra a Carestia. Ver, também, N, 10/11/1979, onde se noticia que os moradores da Favela Cidade Padré Zé, em João Pessoa, fazem passeata até a CAGEPA, reivindicando melhoria no abastecimento de água para a favela. Ou o CP, 10/06/1974, onde se descreve a luta contra a poluição provocada pela CIMEPAR, luta aquela efetivada pelos moradores do Bairro Ilha do Bispo, em João Pessoa. Entre muitos casos mais.

94. Por exemplo, a luta desenvolvida pelos habitantes da favela Beira-Rio; pelos moradores do loteamento cidade Redenção, Ilha do Bispo, Favela dos arredores do conjunto Ernani Sátiro, em João Pessoa, ou mesmo da Favela Matinha, em Bayeux, entre muitos outros casos, contra intimidações e ameaças de despejos (ou remoções).
95. Ver U, N, CP, Diário da Paraíba (DB), de Campina Grande, nos dias 02/05 a 21/05/1979; ECO, Campina Grande, ano 2, nº 4, maio/junho de 1979, onde se encontra farto material sobre a organização para o movimento grevista e a parede, propriamente dita. O JP, Nº 2, de junho de 1979, também traz notícia referente ao movimento dos professores de 1ª e 2ª graus. Ver, também, artigos de Silvio Frank' Alem, "Um Movimento da Sociedade Civil na Paraíba, a Greve dos Professores - maio, 1979", São Paulo, Plural II (5): 83-124, jul/set. 1979; e Maria Teresa de C. Madeira, "O Movimento dos Professores de 1ª e 2ª Graus na Paraíba: 1979-1981", João Pessoa, Textos de Debate nº 2: 12-22, jul. 1982.
96. Ver JP nº 2, julho de 1979. Ver, também, Boletim do Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Assessoria e Educação Popular, de janeiro de 1980, pag. 4, Mimeografado.
97. JP nº 4, setembro de 1979.
98. N, 30/10/1979. O Presidente do Sindicato declara à imprensa que não existe insatisfação da categoria e que são agitadores de fora que estão fazendo confusão.
99. Jornal da Greve, João Pessoa, outubro de 1979 (publicado pela Comissão Pró-D.A. Livre de Comunicação, da UFPb).
100. Ver Rubens Pinto Lyra, "Reacionarismo e Xenofobia na Paraíba - O Caso da UFPb", São Paulo, Escrita/Ensaio IV (8): 51-68, jan. 1981.
101. Ver U, CP, N, de 24/08 a 02/09/1980.
102. U, CP, N, de 03/09/1980.
103. Ver os jornais da imprensa nacional e local do período.
104. Ver, Eleonora de Oliveira Soares, Movimento Feminista: O Reinventar da Educação, Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da UFPb, João Pessoa, 1983 (mimeog.).

106. Ivan Mauricio, "Cimentando Inimizades", São Paulo, Opinião nº 83, de 10/06/1974.
107. N, 10/04/1978.
108. CP, 02/05/1979; N, 02/05/1979.

109. O desemprego continua acelerado na década de setenta. Nos primeiros anos desta década há uma "aparente" revitalização na oferta de empregos industriais no Nordeste, e na Paraíba, particularmente. Esta "aparência" retoma sua verdadeira face na segunda metade da década de setenta, com o fechamento de inúmeras fábricas.

Entre estas se tem o caso da Wallig, fábrica de fogões, sediada na cidade de Campina Grande, que, em setembro de 1977 fecha suas portas, levando ao mais absoluto pesadelo 700 operários-desempregados, com salários atrasados, na mais extrema miséria. Ao mesmo tempo, indiretamente, ocasiona um sem número de falências de pequenas empresas que giravam a sua volta, fabricando peças e acessórios para seus fogões, gerando uma crise de desemprego (e miséria) para larga parcela da classe operária metalúrgica, sediada em Campina Grande. (Ver o artigo datilografado de José Bolívar V. da Rocha, O Caso Wallig, Campina Grande, 1980).

Esta tendência ao desemprego acelerado é sentido também na nova crise iniciada nos últimos anos da década de setenta, prolongando-se de forma acentuada, até os dias atuais por que passa a indústria têxtil paraibana, e nordestina, de um modo geral.